

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO TRIÂNGULO MINEIRO – Campus Uberaba**

MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

CAROLINA ASSIS CAMBRAIA DINIZ CAMPOS RÊGO

**EDUCAÇÃO PERMANENTE NO SUAS: Um Estudo de Caso em Patos de
Minas (MG)**

UBERABA, MG

2022

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO TRIÂNGULO MINEIRO – Campus Uberaba**

MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

CAROLINA ASSIS CAMBRAIA DINIZ CAMPOS RÊGO

**EDUCAÇÃO PERMANENTE NO SUAS: Um Estudo de Caso em Patos de
Minas (MG)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa Mestrado Profissional em Educação Tecnológica (MPET) do Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), Câmpus Uberaba, sob orientação do Professor Dr. Luciano Marcos Curi, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Educação Tecnológica.

UBERABA, MG

2022

Ficha Catalográfica elaborada pelo Setor de Referência do IFTM –
Campus Uberaba-MG

1.1
R265e

Rêgo, Carolina Assis Cambraia Diniz Campos
Educação permanente no SUAS: um estudo de caso em Patos de
Minas (MG) / Carolina Assis Cambraia Diniz Campos Rêgo – 2022.
84 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Marcos Curi
Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Tecnológica) -
Instituto Federal do Triângulo Mineiro- Campus Uberaba- MG, 2022.

1. Sistema Único de Assistência Social. 2. Educação permanente.
3. Educação Profissional. 4. Assistência social. 5. Trabalho. I. Curi,
Luciano Marcos. II. Título.

CDD 370.26

CAROLINA ASSIS CAMBRAIA DINIZ CAMPOS RÊGO

EDUCAÇÃO PERMANENTE NO SUAS: Um Estudo de Caso em Patos de Minas (MG)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa Mestrado Profissional em Educação Tecnológica (MPET) do Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), Câmpus Uberaba, sob orientação do Professor Dr. Luciano Marcos Curi, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Educação Tecnológica.

Data de aprovação: 30/07/2022

1 Banca examinadora:

2

Prof. Dr.: Luciano Marcos Curi (Orientador) - IFTM – Câmpus Uberaba

Prof. Dr.: Otaviano José Pereira - IFTM – Câmpus Uberaba

Prof.a Dra.: Ana Lúcia Araújo Borges – IFTM – Câmpus Uberaba Parque Tecnológico

Prof.a Dra.: Maria Rita Nascimento Pereira – Membro externo

DEDICATÓRIA

A todos os trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, verdadeiros protagonistas desta pesquisa.

E a todos os usuários deste Sistema, merecedores de todo meu respeito.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à Deus, por Seu amor por mim, Sua graça imerecida e por Sua misericórdia que se renova a cada manhã. “Meu Senhor, meu Salvador, o que seria de mim se não fosse o Senhor?”

Ao meu esposo Fabrício pelo amor, pelo apoio incondicional e pelo incentivo, mesmo nos momentos mais difíceis.

À minha filha Valentina pelo incentivo, amor e por ter entendido que minhas ausências tinham um propósito maior.

À minha mãe, meu irmão Bernardo por me acolher sempre que precisei e por acreditar em mim.

Ao meu irmão Rodrigo que pode dividir comigo a alegria quando passei neste Mestrado, mas que infelizmente hoje não está mais aqui para ver que venci, como ele gostaria.

Meu amado pai, meu coração ainda fica apertado pela saudade que sinto de você. Mas as lembranças de nossos dias juntos me aquecem o peito, especialmente hoje me recordo com carinho do dia em que eu, uma criancinha sonhadora de apenas seis anos, lhe pedi para construir uma sala de aula na fazenda, para que eu pudesse ensinar todas as crianças da região. Apenas o quadro negro e as caixas de giz já não eram mais suficientes! Você sorriu para mim com tanta doçura e me disse que faria isso sim, permitindo que eu sonhasse alto. Se você estivesse aqui agora, eu sei que seus olhos brilhariam de orgulho enquanto eu conto que aquela menininha cresceu e se tornou uma Mestra e já ministra aulas como um dia sonhou. Você sempre me encorajou a seguir em frente, e hoje, posso dizer que o fiz com sua bênção.

À esta casa, IFTM, à toda equipe do MPET – Mestrado Profissional em Educação Tecnológica IFTM – Câmpus Uberaba.

A todos os meus professores, verdadeiros Mestres e Mestras, Doutores e Doutoradas da Educação, por suas entregas e por toda dedicação.

A todos os meus colegas, companheiros de jornada, pela partilha.

E de forma muito especial ao meu orientador, Prof. Dr. Luciano Marcos Curi, um grande professor em sua mais pura essência, por nunca, em momento algum desta jornada, ter deixado de acreditar em mim, mesmo quando nem eu mesma acreditava...

RESUMO

RÊGO, Carolina Assis Cambraia Diniz Campos. **Educação Permanente no SUAS**: Um Estudo de Caso em Patos de Minas (MG). Dissertação de Mestrado (Programa Mestrado Profissional em Educação Tecnológica – MPET) – Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), Câmpus Uberaba, (MG), 2022.

A presente pesquisa refere-se a Educação Permanente no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que foi criado em 2005. Para compreender a referida política pública de assistência social foi realizada uma contextualização deste serviço no conjunto da história brasileira e mais detidamente suas relações com a pobreza e demais vulnerabilidades sociais. O SUAS é um serviço público, com financiamento próprio e um direito daqueles que dele precisarem. A pesquisa objetivou, então, compreender a conjuntura histórica que deu origem ao SUAS e avaliar, através dos seus trabalhadores, a efetividade e significado da atividade de Educação Permanente que foi ofertada para prepará-los para atuar nessa política pública relativamente jovem. Desenvolveu-se também um Guia Conceitual para colaborar com os trabalhadores do SUAS e também eventuais usuários do serviço, com o objetivo de frisar o aspecto da cidadania e do direito à assistência social existente no Brasil desde 1988. Trata-se de uma pesquisa aplicada, qualitativa, exploratória, bibliográfica, documental e de Estudo de Caso. Concluiu-se que o SUAS ainda é recente e pouco conhecido e que a atividade de Educação Permanente que foi estudada, chamada *CapacitaSuas*, obteve êxito ao procurar formar para o trabalho nessa política pública de assistência social, considerando e valorizando seus trabalhadores, procurando prepará-los para suas atividades em seus locais de atuação.

Palavras-chave: SUAS. Educação Permanente. Educação Profissional. Assistência Social. Trabalho.

ABSTRACT

RÊGO, Carolina Assis Cambraia Diniz Campos. **Educação Permanente no SUAS:** Um Estudo de Caso em Patos de Minas (MG) (em inglês). Dissertação de Mestrado (Programa Mestrado Profissional em Educação Tecnológica – MPET) (inglês) – Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), Câmpus Uberaba, (MG), 2022.

The present research refers to Permanent Education within the scope of the Unified Social Assistance System (SUAS), which was created in 2005. In order to understand the aforementioned public policy on social assistance, a contextualization of this service was carried out in the whole of Brazilian history and in more detail its relations with the poor and other social vulnerabilities. SUAS is a state public service, with public funding and a right of those who need it. The research aimed, then, to understand the historical conjuncture that gave rise to SUAS and to evaluate, through its workers, the effectiveness and meaning of the Permanent Education activity that was offered to prepare them to act in this relatively young public policy. A Conceptual Guide was also developed to collaborate with SUAS workers and also eventual users of the service, with the objective of emphasizing the aspect of citizenship and the right to social assistance existing in Brazil since 1988. This is an applied research, qualitative, exploratory, bibliographic, documentary and Case Study. It was concluded that SUAS is still young and little known and that the activity of Permanent Education that was studied, called CapacitaSuas, was successful in seeking to train for work in this public policy of social assistance and considering and valuing its workers, seeking to prepare them for work in this public policy of social assistance. them in the place where they worked.

Keywords: SUAS. Permanent Education. Professional education. Social assistance. Job.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	9
1. CAPÍTULO I – SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)	11
1.1 Assistência Social até a Constituição Cidadã	12
1.2 A Assistência Social da Constituição Cidadã até o SUAS	16
1.3 O SUAS	20
2. CAPÍTULO II - POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE (PNEP)	24
2.1 Formação para a assistência social.....	24
2.2 Educação permanente para a assistência social.....	30
2.3 A PNEP/SUAS	33
3. CAPÍTULO III – O CAPACITASUAS EM PATOS DE MINAS	38
3.1 O capacitasuas no Brasil e em Minas Gerais	38
3.2 O CAPACITASUAS em Patos de Minas	47
3.3 O CAPACITASUAS na perspectiva dos trabalhadores do SUAS.....	52
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS	58

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A tarefa de abordar o tema da assistência social não é tarefa fácil no Brasil, em especial nos últimos anos. A conquista do direito a Assistência Social é recente, marcadamente, com as conquistas e contribuições trazidas pela Constituição Federal de 1988, pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), em 1993, e por meio da consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no ano de 2005. Tais marcos têm como escopo colocar em evidência aqueles sujeitos socialmente esquecidos por processos de desigualdades e vulnerabilidades sociais.

Apesar das inúmeras mudanças promovidas no âmbito legal, normativo, é inegável a postura de diferentes governos eleitos em relação ao cumprimento dos preceitos constitucionais estabelecidos na Constituição Cidadã. Se antes era possível verificar avanços na construção de capacidades estatais, na melhoria das condições de bem estar da população, na introdução de novos temas dando visibilidade a grupos e demandas antes excluídos das agendas governamentais, isso hoje não tem acontecido.

A Política de Assistência Social tem enfrentado muitos desafios no decorrer da sua estruturação. A atual crise econômica e política pela qual o país atravessa, nos últimos anos, têm fomentado ainda mais tais desafios. Os impactos dos últimos acontecimentos, no plano político e econômico no Brasil, sobre a Política de Assistência Social colocam em risco o alcance dos seus objetivos, em especial para os sujeitos a que esta política se destina: seus usuários.

O desmonte dos recursos destinados pelo governo à assistência social tem fragilizado e atingido diretamente os mais vulneráveis, aqueles que mais necessitam dos direitos sociais e dos serviços sociais oferecidos pela Política de Assistência Social. Em um momento em que a população de baixa renda mais necessita de auxílios sociais, bem como dos serviços de assistência social, o Estado se distancia.

O ideário neoliberal tem forte influência nos processos de limitação de políticas sociais, que embora consolidadas na Constituição Cidadã como direito, vem sofrendo desmontes significativos nos últimos anos.

O fenômeno da pobreza, no sentido mais amplo de seu significado, bem como os diversos tipos de vulnerabilidades sociais não são situações novas para nossa sociedade, no Capítulo 01 do presente exposto, podemos verificar uma longa contextualização história acerca do tema, que não se restringe aos dias atuais, vale lembrar como se mostra o cenário atual, a respeito das desigualdades sociais existentes.

O Relatório de Desenvolvimento Humano executado pelo Programa de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, de 2013, demonstra que atualmente, principalmente após a onda neoliberal vivida mundialmente a partir da década de 1970, os 20% mais ricos já detêm e desfrutam de 90% dos bens mundiais, ao passo que, os 20% mais pobres acessam somente a 1% (BAUMAN, 2015).

Analisando todos estes dados, verifica-se que a tendência é que estas desigualdades se tornem ainda mais marcantes ao longo dos anos, de maneira que, aumente-se a distância entre as pessoas mais ricas do mundo para aquelas mais pobres, assim como se aumentará a discrepância de renda por pessoa em cada país do mundo (BAUMAN, 2015).

Nesse cenário, torna-se essencial a consolidação da política pública de assistência social como direito que é, porém como dito, não se trata-se de tarefa fácil. Embora muitas conquistas foram obtidas pelo SUAS, sua ressignificação do campo da Assistência Social e sua ampliação, ainda cabe a este extinguir preconceitos e estereótipos. As políticas públicas sociais, em especial esta, se mostram essenciais para enfrentamento dos dilemas e conflitos existentes no modelo socioeconômico predominante, buscando representar os interesses da população de maneira geral, por meio de seus diferentes agentes sociais. A tarefa de educar para a cidadania e para enfrentamento das vulnerabilidades torna-se crucial para a consolidação desta política.

Superar os obstáculos nessa área é tarefa difícil e exige, por parte dos profissionais dessa área, maior domínio teórico-metodológico, tecnológico e prático, para que os serviços a serem oferecidos cumpram com o seu propósito social. O processo de educação permanente na assistência social se mostra como uma ferramenta fundamental para o fortalecimento do Estado de maneira geral, para que, assim, haja uma devida efetivação dos direitos do povo, com base nas políticas, programas, serviços e benefícios sociais (FERNANDES, 2016).

Nesse sentido, a tarefa de formar os trabalhadores do SUAS torna-se um desafio, posto que as demandas são diversas e se apresentam de novas formas a cada dia. Porém, como será demonstrado no presente exposto, existem experiências exitosas neste sentido, a exemplo do CapacitaSuas. Ouvir os trabalhadores e não apenas a gestão, identificar suas demandas, em especial dos profissionais que atuam no atendimento aos usuários do SUAS são essenciais para que o processo de educação permanente aconteça e a oferta dos serviços aos usuários seja efetiva.

A pesquisa aqui apresentada trata da Política Nacional de Educação Permanente no SUAS, (PNEP-SUAS) que preconiza a instauração de processos de capacitação para os trabalhadores do SUAS, de abrangência a âmbito nacional, com o intuito de aprimorar o campo da Assistência Social de maneira geral, por meio do aperfeiçoamento de seus prestadores de serviços.

O recorte utilizado nesta pesquisa são os trabalhadores do SUAS do município de Patos de Minas. O referido município foi escolhido como lócus da pesquisa por constituir-se no local de trabalho da pesquisadora, que trabalhou durante 04 (quatro) anos na Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social - SEDESE, onde ocupou o cargo de Diretora Regional na cidade de Patos de Minas. Atuava com as políticas públicas de Assistência Social, Direitos Humanos e Trabalho, Emprego e Renda, oferecendo apoio técnico e assessoramento nestas áreas, aos 21 (vinte e um) municípios de abrangência de sua Diretoria Regional. Durante o período em que esteve no cargo, participou do Programa CapacitaSuas ofertado por aquela Secretaria como fiscal do contrato e também como aluna, além de fazer parte ainda de todas as fases do Programa, desde a implantação, oficinas de alinhamento e planejamento, até a sua implementação.

Esta pesquisa apresenta um Estudo de Caso, de natureza aplicada, abordagem quali-quantitativa, exploratória, cujo referencial é a Política Nacional de Educação Permanente no SUAS, PENEPSUAS e não fez alusão a nenhuma forma de identificação dos trabalhadores do SUAS entrevistados.

Nesse contexto, o objetivo geral elencado nesta pesquisa é compreender o impacto do programa de educação permanente intitulado CapacitaSuas no trabalho dos servidores do SUAS em Patos de Minas (MG).

Enfim, essa pesquisa é a primeira que buscará conhecer a efetividade dos cursos do CAPACITASUAS em Minas Gerais, especificamente em Patos de Minas, por meio da realização de questionários semi- estruturados, alcançando assim um resultado que o poder público não conseguiu finalizar. Desta forma, além desta contribuição para o conhecimento da eficiência e eficácia da política pública de educação permanente, espera-se que esta pesquisa possa preencher uma lacuna existente na literatura sobre a oferta da PENEPSUAS em Minas Gerais, que desde a sua implementação em 2016, por meio do CAPACITASUAS, carece de levantamento de dados e de sistematização de seus resultados.

1. CAPÍTULO I – SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)

1.1 Assistência Social até a Constituição Cidadã

Para entendermos a história da Assistência Social no Brasil e sua função atualmente, antes, se mostra necessário perpassar a história da pobreza, não apenas no Brasil, mas sim em todo o mundo, notadamente na história ocidental. Isso, por sua vez, possibilitará lançar as bases para se tornar possível compreender o campo da Assistência Social como é hoje conhecido.

Primeiramente, a pobreza pode ser entendida como algum tipo de carência que acomete o indivíduo, porém, remetendo-se ao período histórico em que o termo foi desenvolvido, por volta dos séculos XVIII e XIX, esse conceito, para além de aspectos sociais, detinha um caráter essencialmente qualitativo, sendo atribuído às pessoas como uma forma de demonstrar sua pretensa inferioridade. Junto a isto, essa expressão também era utilizada de maneira quantitativa, “os pobres”, para indicar grupos concebidos como sendo inferiores em relação aos demais.

Somando-se essas duas concepções a respeito da pobreza, foi criado no imaginário popular a ideia de “o Pobre”, que abarca, não apenas a nível conceitual, mas também a nível afetivo e abstrativo, certa experiência de aflição, pontuada por sentimentos de compaixão ou temor direcionada a essa parcela de sujeitos. Vale destacar que, apesar da nomenclatura a respeito da pobreza ter sido difundida por volta do século XVIII pelo mundo, a construção de sua concepção remete a períodos anteriores, em especial à Idade Média – sendo utilizados outros termos naqueles períodos históricos.

Dando continuidade, retornando-se no tempo, para o período da Idade Média, séculos V a XV d.C., e aprofundando a investigação sobre a pobreza, essa era vista como uma condição de vulnerabilidade diante das adversidades do meio, ou a derrocada de um indivíduo durante sua trajetória de vida. Nisso, observa-se diferentes facetas de designação acerca da mesma, mais especificamente: econômico, sociológico e biológico.

Quanto a concepção biológica a respeito da pobreza, esta entrevê tal ocorrência quando a pessoa já não mais apresenta condições mínimas de saúde e de subsistência. Todavia, nesse período, ainda não se apercebiam de que a visão biológica colidia com a noção social a respeito desse fato. Isso porque, a Idade Média foi um período altamente marcado por doenças, comorbidades, degradação das capacidades humanas e mortes precoces. Sendo que, tais infortúnios se mostraram estritamente ligados às condições de vida da época, pontuadas por alimentação inadequada e inconsistente, falta de higiene, moradias precárias, etc. Assim, o aspecto biológico se tratava mais de uma consequência do meio em que as pessoas estavam inseridas, do que uma causa de fato.

Em seguida, vê-se a percepção econômica sobre tal questão. Durante esse período, o custo de vida era elevado e até custosa, havia muita carestia, com a presença de tributos, impostos e taxas de diferentes naturezas, caracterizadas por altos valores. Isso, exercia influência sobre o poder de compra e acesso dos sujeitos. Dessa forma, a pobreza poderia ser entendida como uma consequência de aspectos econômicos desfavoráveis à grande parte da população.

Por último, os aspectos sociais envolvidos no desenvolvimento e perpetuação da pobreza, incluíam, principalmente, a noção de rejeição social. Nisso, pessoas que eram concebidas como párias, devido a diferentes atitudes e formas de existência, como envolvimento com a criminalidade, indigentes, leprosos e renegados, perda de recursos essenciais para a subsistência, dentre outros, se tornavam formas de colocar os indivíduos sob o olhar e a condição de pobreza.

Entretanto, deve-se destacar que essas concepções atribuídas ao Período Medieval, no final, se mesclam entre si. Afinal, elementos biológicos agem sobre as condições de vida da pessoa, de maneira a impactá-las no exercício de suas atividades econômicas e desempenho de tarefas sociais. De modo análogo, aspectos econômicos e sociais exercem influência sobre a saúde dos sujeitos. Desse modo, vê-se que esses conceitos contribuíam para a manutenção da pobreza de forma interseccionada.

Ademais, compreender a noção e vivências de pobreza dessa época, permite que seja lançado um olhar mais crítico a respeito da temática, ao ser possível visualizar os mecanismos de controle social que agiam para a manutenção do ciclo da miséria, sem que muito fosse feito para reverter e diminuir verdadeiramente os quadros da pobreza. Nisso, vê-se como os determinantes econômicos, morais e sociais se relacionam com a existência e história dessa problemática (MOLLAT, 1989).

Na época moderna e notadamente na época contemporânea, por volta do século XIX, já na contemporaneidade, viu-se que a discriminação posta sobre o fenômeno da pobreza se fortalecera com o passar dos anos, tanto é que, esta era vista como algum tipo de patologia degradante, que apequena as condições de existência do sujeito (GEREMEK, 1986).

Porém, comparando-se ao período anterior já descrito, nota-se algumas diferenças significativas quanto as concepções a respeito da pobreza e a postura da sociedade frente a esse fenômeno, apontando para uma maior consciência social acerca dessa problemática e de seus fatores mantenedores. Enfim, na época moderna e contemporânea a ideia de culpabilidade exclusiva do indivíduo sobre sua pobreza e vulnerabilidades, sobre uma forte crítica e os aspectos sociais e a influência destes são percebidos de forma mais clara e contextualizada.

Primeiro, nos séculos XVIII e XIX, foram muitos os pensadores e economistas que se debruçaram sobre essa ocorrência social, podendo-se citar Adam Smith, Friederich Engels, Thomas Malthus, Karl Marx e Alexis de Tocqueville, dentre outros; com especial destaque para esses dois últimos, cujas correntes de interpretação da pobreza predominaram no século XIX e exercem suas influências ainda hoje. Assim, Marx e Tocqueville buscaram explicar tal questão a partir da falha e contraditória estrutura socioeconômica em que os indivíduos estão inseridos, bem como com base em uma visão liberal/neoliberal sobre a questão, respectivamente. Nisso, em seus trabalhos, mostrara-se evidente a relação entre pobreza e o desenvolvimento do sistema socioeconômico predominante, denotando as falhas desse tipo de conjuntura, ou os “custos” envolvidos em seu avanço.

Para além disso, as discussões em torno da pobreza também passaram a considerar as variáveis religiosas, em seus caracteres institucional e dogmático, sobre a perpetuação histórica da pobreza. Também, outras formas de análise dessa questão social se pautaram nos estudos sociais e históricos ao longo das épocas.

Tendo isso em vista, especialmente no século XIX, foi observado que a questão da pobreza já não mais se tratava do cerne do problema a ser debatido, mas sim os aspectos envolvidos na reprodução de desigualdades sociais e como se dava a divisão de recursos para a população, considerando-se sua estratificação. Dito de outro modo, a pobreza deixou de ser vista gradualmente como consequência de estruturas sociais defeituosas e injustas e não como causa de problemas sociais. Gradualmente diminuiu-se o peso sobre as responsabilidades individuais e assinalava-se o peso sobre os processos sociais possibilitadores e fomentadores da pobreza e, principalmente, os beneficiários da existência das classes pobres. Aqui, evidencia-se uma consciência coletiva amplificada e mais clara a respeito desse fenômeno. Para se ter uma ideia, até mesmo os termos “pobreza” e “miséria”, se tornaram inutilizados nesse período, a nível econômico e social, visando romper com a noção de pretensa superioridade/inferioridade sociais, e as posturas de condescendência e benevolência direcionadas a essa população desfavorecida socialmente.

Foi somente em meados do século XX, que tais expressões voltaram a serem utilizadas, em decorrência de um novo interesse a respeito da temática, com o intuito de serem realizados estudos e pesquisas sistemáticas acerca do assunto. Nesse período, vários foram os trabalhos produzidos sobre o tema, constituindo um arcabouço significativo de conhecimento envolvendo esse fenômeno.

Já nesse período, a difusão das descobertas e saberes a respeito da pobreza se difundiram grandemente, nisso, evidenciou-se se tratar de um problema global, que perpassa os mais

distintos contextos e populações. Assim, o enfoque das investigações realizadas dentro da temática, se deteve especialmente em determinar as características definidoras e delimitações a respeito desse fato social. Gradualmente, tornou-se claro que, análises meramente de renda, se mostram insuficientes para abarcar a complexidade desse assunto. Nisso, a pobreza passou a ser referida como um fenômeno multifatorial, ou seja, determinado a partir de diferentes variáveis, que, inclusive, interagem entre si, como: culturais, sociais, espaciais, psicológicas, fisiológicas, políticas, ecológicas, etc..

Nesse ínterim, evidenciou-se que a pobreza, não se restringia simplesmente a questões econômicas individuais ou biográficas, traduz também seu *status* social, que, por suavez, pode impactar de maneira mais ampla e significativa um indivíduo do que suas dificuldades e privações ligadas a renda e sustentabilidade, já que estes sujeitos se veem afastados dos mecanismos de manutenção e de crescimento pessoal e interpessoal.

A partir do aprimoramento das concepções e abordagens a respeito desse fenômeno, se torna possível entender que, a postura de compassividade e bondade dirigida para as populações mais vulneráveis socialmente se ancoram, historicamente, na visão que, parcela da sociedade, tem a respeito dessas pessoas, partindo-se de um lugar de suposta superioridade social e uma visão distorcida a respeito da pobreza e dos “pobres”. Sendo que, para os executores de tais ações, esses sentimentos em relação a população pobre se apresentam como virtudes dignas de enaltecimento, algo que prevalece até a atualidade.

Todavia, tais atitudes criam uma contradição que, em síntese, propaga e mantém a pobreza. Isso porque, uma sociedade pautada majoritariamente em uma ideia caritativa de ajuda para a população, não a auxilia de fato em sua emancipação, na verdade, pode promover passividade e ociosidade nessas pessoas. Isso, por sua vez, atende aos interesses dos mais poderosos, que continuam sentindo-se pessoas virtuosas e honradas, tendo alguém para assistir. Contudo, não se trata assim de uma assistência baseada em relações de horizontalidade e confraternidade, e, conseqüentemente, não podendo então ser considerada um ato de ajuda genuína, visto que a mesma possui um caráter egóico. Essas relações de caridade verticalizadas, centradas no doador e não no receptor não possuem a capacidade de auxiliar os vulneráveis a superar sua condição de pobreza. Elas mais serviam para a tranquilização moral, ética e até justificação religiosa para os ricos do que como auxílio para os pobres. Essas questões foram apenas debatidas e compreendidas cientificamente no século XX (GEREMEK, 1986). Nos tópicos subsequentes, será mostrada a relação de tais aspectos aqui abordados, com a consolidação do campo da Assistência Social no Brasil e as batalhas travadas nessa área.

Enfim, a partir da contextualização histórica a respeito do fenômeno da pobreza e seus

aspectos concernentes, e a fim de problematizar essa temática, visando elucidar a relevância do presente exposto, vale destacar como se mostra o cenário atual, a respeito das desigualdades sociais existentes.

Conforme apontou o Relatório de Desenvolvimento Humano executado pelo Programa de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, em 1998, 20% da população global detinha uma riqueza relativa a 86% dos recursos produzidos mundialmente, enquanto 20% dos indivíduos mais desfavorecidos socialmente, possuíam acesso a apenas 1,3%. Atualmente, principalmente após a onda neoliberal vivida mundialmente a partir da década de 1970, essas estatísticas se mostram ainda mais gritantes. Segundo o mesmo Relatório, de 2013, esses 20% mais ricos já detém e desfrutam de 90% dos bens mundiais, ao passo que, os 20% mais pobres acessam somente a 1% (BAUMAN, 2015).

Nesse intuito, Bourguignon (*apud* KEYNES, 1945, 1946) demonstrou que a tendência é que estas desigualdades se tornem ainda mais marcantes com o passar dos anos, de maneira que, aumente-se a distância entre as pessoas mais ricas do mundo para aquelas mais pobres, assim como se aumentará a discrepância de renda por pessoa em cada país do mundo (BAUMAN, 2015).

Por último, a partir do caminho aqui traçado, a seguir, se torna possível contextualizar o processo histórico de construção e evolução do campo da Assistência Social, e suas fases até a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2005.

1.2A Assistência Social da Constituição Cidadã até o SUAS

A partir do que fora apresentado, e antes de adentrar no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), vale perpassar a história mais recente do campo da assistência social no Brasil, o que remete ao século XV. Vale destacar que, essa área é tão antiga quanto a chegada dos portugueses no território brasileiro, e remete ao período escravagista. Nessa fase, a visão a respeito da pobreza e o tratamento dirigido para aqueles menos favorecidos socialmente, se mostrava análoga a conceituação já apresentada anteriormente, pelo menos, para a população livre (VILLANUEVA *et al.*, 2016). Com isso, esse tópico pretende discorrer a respeito desse campo em sua constituição mais atual, visando lançar um olhar para a institucionalização dessa esfera social e seus desdobramentos na atualidade.

Primeiro, nos anos de 1930 e 1931, foram lançados dois Ministérios fundamentais para a história desse setor, sendo estes o “Ministério dos Negócios, da Educação e Saúde Pública

(MÊS)” e o “Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTE)”, respectivamente. Cabendo então a esses órgãos, gerenciar e direcionar os trabalhos relativos as áreas contidas em cada uma das entidades. Isso se caracterizou como uma medida pioneira para o processo de institucionalização do campo da Assistência Social no país. Vale assinalar que, nessa época, o movimento de industrialização no país apresentava um crescimento exponencial, o que, por sua vez, ampliou a chamada classe operária, denotando assim a necessidade de uma política voltada à oferecer amparo para essas pessoas e incluí-las no plano desenvolvimental brasileiro.

Em 1937, com a instauração da ditadura do Estado Novo no país, o campo da Assistência Social obteve novos contornos, com marcada postura paternalista em relação a população. Ademais, foi nesse período, que essa área passou a ficar sob encargo das dependências do Estado. Nisso, medidas como, criação de salário mínimo, consolidação de leis trabalhistas, e ações no campo da assistência social, foram alguns dos marcos desse setor nessa fase. Isso, por sua vez, se intensificou na década de 50, com maiores investimentos no campo da educação, previdência social, moradia, alimentação e saúde, até mesmo devido a intensificação dos processos de urbanização e industrialização anteriormente descritos.

Na década de 60, observou-se que os trabalhadores do campo do serviço social, desenvolveram uma consciência mais ampla e crítica a respeito de sua categoria e de seu trabalho, nisso, a prática profissional destes veio a ser repensada. Nesse mesmo ano, no governo Juscelino Kubitschek, foi sancionada a Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), denotando um avanço significativo para a consolidação do campo da previdência social (Cf. VILLANUEVA *et al.*, 2016).

Contudo, deve-se evidenciar que tais avanços se estancaram durante o período da ditadura militar, que se iniciou em 1964, e manteve os militares no poder por cerca de duas décadas. Durante essa fase da história brasileira, viu-se uma supressão da participação popular no que tange às decisões quanto aos rumos do país.

Finalmente, com o término da ditadura para os brasileiros e para o campo da Assistência Social propriamente dita, no ano de 1985, retornara o pluripartidarismo político e as eleições populares. Essa nova fase do país ficou conhecida como Nova República, a partir de 1985. Dentro desse período, os neoliberais e defensores do Estado do Bem-Estar Social disputavam o poder e as diretrizes sociais. Inclusive, a constituição de 1988 carrega essa contradição, sendo ora mais neoliberal, modelo de organização social que prevê o Estado mínimo e maior influência do mercado, e ora mais adepta do Bem-Estar Social, modelo de organização social que concebe ao estado o papel-central de manutenção e desenvolvimento social.

Enfim, essa década foi marcada por importantes avanços para a área da Assistência Social, recebendo investimentos no campo da pesquisa, o que contribuiu para que houvessem debates decisórios que determinariam seus rumos, especialmente acerca do rompimento do ciclo de pobreza e do direito à cidadania para aqueles indivíduos excluídos ou negligenciados socialmente. Esses avanços contribuíram para que, em 1988, com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, também conhecida como Constituição Cidadã, fossem incorporadas estratégias e prerrogativas para o desenvolvimento dentro do meio da Assistência Social. Vale destacar, por exemplo, a criação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em 1993, lei que surgiu como decorrência da Constituição, que regulamenta e direciona os profissionais pertencentes a esse segmento.

Com isso, o campo da Assistência Social, juntamente das áreas da Saúde e Previdência Social, passaram efetivamente a constituir o difundido “tripé da seguridade social”, estando estas intimamente vinculada com o setor da previdência. Assim, visando assistir aqueles indivíduos destituídos de sua cidadania e que se encontram em situação de vulnerabilidade social, com marcada pobreza.

Tendo isso em vista, observa-se que as décadas de 1980 e 1990, a partir do término da Ditadura Militar, a Assistência Social brasileira apresenta um progresso quanto a asseguar dos direitos da população brasileira, de maneira a abrir espaço para a incrementação de políticas públicas que atendessem a tais direitos.

Todavia, aqui, considerando o aperfeiçoamento desse debate ao longo da história, deve-se evidenciar a diferença entre os conceitos de “assistencialismo” e “assistência social”. Quanto ao primeiro, este se trata daquele através da qual o indivíduo em situação de vulnerabilidade acessa algum bem ou serviço, por meio de doações ou de caridade. Nesse tipo de relação, observa-se que o recebedor desenvolve um sentimento de dívida em relação ao doador, ainda que isso não deve-se ser algo necessário. Por outro lado, o doador sente-se determinante sobre a vida daquele sujeito (VILLANUEVA *et al.*, 2016). Isso remete a discussão realizada no tópico anterior deste capítulo a respeito da horizontalidade e verticalidade desse tipo de relação ao longo do tempo e como estas se perpetuam.

Em contrapartida, a Assistência Social diz respeito a uma política governamental, que visa assegurar os direitos de populações mais vulneráveis e contribuir para a subsistência e existência digna dessas pessoas. Nesta, inexistem quaisquer relações de dívida, troca ou concessão de favores que poderiam vir a se fazer presentes, assim como não se trata de algum tipo de auxílio eventual, apenas para garantir que essas pessoas continuem sobrevivendo

eventualmente ou episodicamente, na verdade, justamente objetivar garantir os direitos desses indivíduos é uma forma de lutar para que os mesmos conquistem a inserção plena na cidadania e obtenham uma qualidade de vida digna. Dessa forma, em síntese, essa se trata de uma política que preza pela equidade e pela dignidade da vida humana, se mostrando extremamente necessária no contexto brasileiro, marcado por intensas desigualdades sociais e ainda por uma lógica assistencialista, paternalista, caritativa e não emancipatória, e promotora e preservadora da dignidade cidadã.

A partir disso, quanto as condições da Assistência Social no Brasil atualmente, pode-se dizer que esta ainda trava uma intensa batalha para romper com os moldes assistencialistas até então prevalentes nas conjunturas brasileiras no passado. Como já descrito, o assistencialismo perdura longinquamente na cultura brasileira, tal como se deu em outros lugares do mundo. Na chamada Nova República, desde 1985, observou-se que governos de cunho neoliberal mais acentuados, como Fernando Henrique Cardoso, Michel Temer e Jair Bolsonaro, se processou, na verdade, um agravamento das disparidades sociais e econômicas dentro do país.

Isso está relacionado com o fato de que, esse tipo de sistema político atribui primazia das liberdades individuais formais sobre as políticas públicas de interesse coletivo, do mercado sobre o Estado. Para se ter uma ideia, segundo relatório apresentado às Nações Unidas, no ano de 1995, o número de pessoas em situação de pobreza no Brasil atingia cerca de 41 milhões, destes, 17 milhões se encontravam abaixo da linha da pobreza, indicando assim a ineficiência e descaso em relação as políticas públicas. Também, apontava para uma visão e postura do governo e da sociedade a respeito dessa política pública, como se esta cumprisse uma função meramente caritativista e filantrópica (VILLANUEVA *et al.*, 2016).

Dito isso, atualmente, o campo da Assistência Social tem como um de seus principais objetivos, romper com a visão e tratamento caritativo e assistencialista, ao passo que busca reconhecimento e avanços socioassistenciais para melhor assistir aos demandantes de seus programas e serviços. Isso inclui, aprimoramento e consolidação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), descentralização desse campo e aperfeiçoamento do atendimento das demandas apresentadas pela população, além de outras premências. Mas, para que isso se torne possível, antes, se mostra necessário desconstruir os modelos antigos referentes as práticas assistencialistas.

No tópico seguinte, será explicitado mais claramente a respeito da consolidação do campo da Assistência Social no Brasil, por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e demais elementos fundamentais para o seu desenvolvimento e manutenção, visando apresentar como se dá a permanência e atuação dessa entidade no contexto brasileiro

atualmente.

1.3 O SUAS

Primeiramente, cabe elucidar que a Assistência Social estatal-institucionalizada se faz presente em diversos países do mundo e não apenas no Brasil, sendo que, no país, a conquista do direito a Assistência Social é recente e apenas edificou-se durante a Nova República, marcadamente, com as conquistas e contribuições viabilizadas pela Constituição Cidadã, de 1988, também, a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), em 1993, e por meio da instauração do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no ano de 2005. Tais marcos se pautam na ética humana universal, e buscam colocar em evidência aqueles sujeitos socialmente apagados, por processos de desigualdades e categorizações sociais, assim, lança-se um olhar coletivo para aspectos de vida antes tomados como individuais.

Vale assinalar que a Política Pública de Assistência Social, juntamente com as Políticas Públicas de Saúde e de Seguridade Social, integram o chamado Tripé da Seguridade Social, devendo então se articular com outras políticas sociais, como Educação, Cultura, Esporte, Habitação, Emprego, dentre outras, para assim efetivar a asseguaração de direitos da população que mais dela necessita, assim como propiciar condições de vida dignas.

Para abordar sobre o SUAS, deve-se elucidar sobre a Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Esta se constitui como um dos pilares da Política de Seguridade Social não contributiva ou universal.

O regime não contributivo é uma modalidade de proteção social de carácter universal que assenta na solidariedade de toda a comunidade, destinando-se a prevenir situações de pobreza e exclusão social ou a compensar a ocorrência de determinadas eventualidades, independentemente dos descontos efetuados para o sistema ou do cumprimento de determinados requisitos contributivos. A responsabilidade pelo financiamento deste regime é assumida pelo Estado. Além disso, essa política pública se configura como uma responsabilidade do Estado, e direito do cidadão, que articula atividades de cunho público e da sociedade, com o intuito de prover e assegurar às necessidades básicas da população (MDS, 2005).

Vale destacar que a PNAS é regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que vêm formar o escopo da política pública de Assistência Social a partir das atribuições dispostas na Constituição de 1988, trazendo assim os critérios e normas que vão estruturar e fornecer as diretrizes para o trabalho nesse campo. Dessa forma, insere-se a

Assistência Social no mesmo nível da saúde e da previdência social, de maneira a formarem o tripé da seguridade social (MDS, 2005; MDS, 2009).

Visto que esta faz parte da Política de Seguridade Social, a PNAS tem como prerrogativas a garantia de direitos dos indivíduos e propiciar condições para que estes tenham uma vida digna em momentos de vulnerabilidade, miserabilidade e pobreza. E, se tratando de uma política de cunho protetivo, esta deve proporcionar às pessoas algumas seguranças indispensáveis, sendo elas: segurança de acolhida; de convívio ou vivência familiar; e de sobrevivência ou autonomia e rendimento.

Quanto aos princípios que regem as atividades da PNAS, em conformidade com as disposições do LOAS, estes trazem sobre a primazia das necessidades sociais sobre as requisições de lucratividade econômica. Também, a universalização do direito a assistência social para aqueles que dela precisarem. Além disso, preza-se pelo respeito à sua autonomia e dignidade, o que abarca o acesso decente aos seus direitos socioassistenciais. Nesse sentido, a preservação da equidade e igualdade na procura dos atendimentos. Assim como, possibilitar que as informações acerca das prerrogativas socioassistenciais e de caráter público que interessam ao cidadão, sejam compartilhadas massivamente.

As diretrizes constituintes dessa política pública, em consonância com o LOAS e a Constituição de 88, apontam o Estado, em cada uma de suas esferas administrativas, federal, estadual e municipal, como sendo o principal responsável pelo controle da PNAS. Também, introduz a descentralização, de forma que, o gerenciamento e as normativas são de caráter federal, enquanto o manejo e aplicação destas são de responsabilidade estadual e municipal, prezando assim pelas particularidades de cada localidade. Além disso, suscita a participação popular, atendo-se ao controle social. E, por fim, visa a centralidade da família e efetivação das prerrogativas encontradas no escopo dessa política.

Quanto os objetivos previstos na PNAS, e considerando-se os interesses dessa política, esta procura implementar e operacionalizar projetos, programas, benefícios e serviços, a nível básico ou especial, voltados para aqueles que tiverem a necessidade destes. Também, garantir que haja a centralidade da família, assim como a convivência familiar e comunitária. Além disso, promover o acesso e a equidade dos usuários dentro dos serviços socioassistenciais propostos, independente se se tratar de área rural ou urbana (MDS, 2005).

Assim, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), implantado no ano de 2005, foi um dos principais avanços obtidos pelo LOAS, visto que este possibilitou romper com a fragmentação e desarticulação até então existente no campo da Assistência Social, além da adequada garantia a direitos e serviços que fossem condizentes com as prerrogativas da PNAS

(MDS, 2012; MDS, 2005).

Pode-se dizer então que a PNAS se organiza a partir de um sistema de ordem pública, descentralizado, não-contributivo e participativo, a qual chamamos de SUAS. Este tem como fundamentação, concretizar e operacionalizar as disposições presentes na referida política, no que tange a garantia de direitos, proteção social e monitoramento socioassistencial. Para isso, foi constituída a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB SUAS), que surgira atrelado a esse sistema público.

Tendo isso em vista, a partir da criação e desenvolvimento do sistema mencionado, foram observados avanços significativos no que se refere as condições de vida da população, ao atuar efetivamente no combate à pobreza, tal como sobre situações de vulnerabilidades e riscos à vida e à dignidade humana se fazem presentes. O que, por sua vez, fortificou a PNAS no país, e lançou bases sólidas para a institucionalidade e aprimoramento do SUAS (MDS, 2012).

Nesse âmbito, os programas, projetos, serviços e benefícios oferecidos se voltam para indivíduos e famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade e riscos, o que abarca a fragilização ou o rompimento de vínculos; diferentes violações de direito sofridas, em quaisquer âmbitos, como os diferentes tipos de violência; certos ciclos de vida, como, por exemplo, a infância, adolescência e velhice; dependência de substâncias psicoativas; corpos marginalizados socialmente, incluindo minorias raciais, sexuais e de gênero; a não integração, ou inserção lesada, ao mercado de trabalho, seja este formal ou não; desigualdades em decorrência de deficiências; situação excludente devido a pobreza e o não acesso as políticas públicas intersetoriais, devido às condições de vida, conhecimentos limitados e falta de acesso à informações de qualidade; além da utilização de estratégias adaptativas de sobrevivência que sejam disfuncionais, podendo acarretar riscos.

Nesse sentido, os serviços desenvolvidos podem ser tanto a nível básico, quanto a nível especial, ao qual são denominados de proteção social básica (PSB) e proteção social especial (PSE), respectivamente. Primeiramente, a PSB visa a prevenção de situações de risco, e isso é feito explorando os pontos fortes, habilidades e competências dos indivíduos e famílias, tal como pelo estreitamento dos vínculos com a família e a comunidade. Assim, suas ações pautam-se no desenvolvimento de ações que propiciem acolhimento, trocas e interações construtivas junto a esse público, com especificações no trato de cada caso encaminhado. Vale destacar o quanto imprescindível é o trabalho em rede e a atuação das diferentes esferas sociais para a efetivação das atuações nesse campo (MDS, 2005). No quadro a seguir, se encontram os serviços a serem oferecidos dentro do escopo da PSB.

QUADRO 1 - SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Proteção Social Básica	<ul style="list-style-type: none"> - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; - Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.
-----------------------------------	---

Fonte: CNAS, 2009.

A Proteção Social Especial se mostra um tanto mais complexa, visto que esta lida com um fenômeno multifacetado e de causas múltiplas e interseccionadas, a saber, a exclusão social. Nesse sentido, as ações nesse âmbito devem objetivar a garantia de acesso a bens e serviços básicos e o acompanhamento desses indivíduos e famílias na rede socioassistencial, assim como em outras redes possíveis. Dessa forma, o olhar lançado sobre esse público deve ser de respeito, reestruturação, ampliação da consciência, responsabilização e empoderamento, objetivando a construção e reconstrução de suas vidas e restabelecimento de condições dignas.

Nesse seguimento, a Proteção Social Especial pode ser subdividida em PSE de média complexidade e PSE de alta complexidade. Quanto a primeira, as ações ali prestadas se voltam para as pessoas que sofreram quaisquer tipos de violação de direitos, mas que ainda preservam vínculos junto à família e à comunidade, o que exige, por sua vez, maior operacionalização das atuações, monitoramento assíduo e olhar individualizado. Por outro lado, o último modelo de proteção baseia o seu trabalho na proteção integral dos indivíduos e famílias vítimas da exclusão social e em situações que ameaçam sua vida e sua integridade, devendo então serem dirigidos a outros ambientes que os preservem desses riscos (MDS, 2005). Na tabela abaixo, se encontram os serviços oferecidos em cada um desses domínios de proteção social.

QUADRO 2 - SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

Proteção Social de Média Complexidade	<ul style="list-style-type: none"> - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos (PAEFI); - Serviço Especializado em Abordagem Social; - Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); - Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; - Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.
Proteção Social de Alta Complexidade	<ul style="list-style-type: none"> - Serviço de Acolhimento Institucional; - Serviço de Acolhimento em República; - Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; - Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências.

Fonte: CNAS, 2009.

Em resumo, concebendo-se as variadas conquistas obtidas pelo SUAS e sua institucionalização, que, aliás, contribuíram para a ressignificação do campo da Assistência Social e sua ampliação, se torna palpável os esforços despendidos nesse setor, principalmente no meio administrativo e político. Nisso, observa-se que a construção, a gestão, o controle, a avaliação e a intercomunicação desse campo, se mostram ricamente elaboradas e orientadas. Entretanto, ainda cabe a esta extinguir os resquícios acerca de seus preconceitos e estereótipos, tanto para garantir seu desenvolvimento pleno e autonomia, quanto para mudar a relação que este segmento tem com os órgãos governamentais e a sociedade de modo geral.

Finalmente, nos capítulos posteriores, será abordado principalmente sobre a chamada Política Nacional de Educação Permanente no âmbito da Assistência Social, com o intuito de elucidar os contornos desse plano como sendo fundamental e decisivo para os trabalhadores e instituições, em especial para o meio socioassistencial, tal como suas potencialidades.

2. CAPÍTULO II - POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE (PNEP)

2.1 FORMAÇÃO PARA A ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Política Nacional de Educação Permanente (PNEP) se trata da instauração de

processos de capacitação para os trabalhadores do SUAS, de abrangência a âmbito nacional, com o intuito de aprimorar o campo da Assistência Social de maneira geral, por meio do aperfeiçoamento de seus prestadores de serviços. Nisso, diferentes agentes sociais, tanto da esfera pública quanto da privada, como entidades federais e universidades particulares, buscam manter tal política em contínua análise e atualização, para que esta possa efetivamente atender aos trabalhadores dessa área e, assim, otimizar esse campo. Dentro do escopo contido nessa política, o *CapacitaSUAS* se desvela como o principal programa proposta por esta, e visa capacitar tais trabalhadores por meio da integração de conhecimentos teóricos e práticos concernentes a esse meio, a níveis ideológico, sociohistórico e metodológico, e reflexão crítica acerca desses saberes.

Para se fazer possível compreender o processo que levou a criação e organização da Política Nacional de Educação Permanente (PNEP) dentro do campo da Assistência Social, ao qual representa um dos focos do presente trabalho, antes, se mostra imprescindível trilhar o caminho sociohistoricocultural que culminou na reflexão e elaboração dessa política.

Analisando-se o contexto da contemporaneidade, observa-se mudanças massivas e rápidas estão ocorrendo, especialmente no mundo do trabalho, cujos modos de produção se encontram em processo de contínua atualização. Tais avanços passaram a demandar, inclusive, a existência de processos educativos no meio trabalhista, concebendo-se que a produção material e imaterial requer um aprimoramento do conhecimento, para que estas possam assim serem aperfeiçoadas. Assim, requer-se trabalhadores que apresentem uma consciência expandida acerca de sua realidade, e, conseqüentemente, se mostrem mais capazes e instruídos a agirem sobre o meio.

Esse novo modelo de trabalho se mostra relativamente recente, e vem superar o modelo anterior, no qual creditava-se que, no espaço do trabalho, não havia espaço para a educação, sendo esta destinada apenas para a elite da época, o que, por sua vez, refletia os interesses dos grupos dominantes em se perpetuarem no poder e se manterem dominadores dos proletariados. Agora, porém, entrevê-se a educação intimamente relacionada ao campo do trabalho, ao tomar esta como parte fundamental da formação da identidade do ser humano, o que engloba a área de trabalho da vida do sujeito (ARROYO, 1991 *apud* FERNANDES, 2008).

Dentro dessa nova proposta, a Educação Permanente se refere ao processo contínuo de aprendizado constante, ou ao longo da vida do sujeito. Todavia, deve-se atentar para que tal processo não seja sobrepujado pelas exigências do mercado e assim se torne um mecanismo de exploração da força de trabalho, através da legitimação do aprendizado incessante frente às demandas constantes do mercado, assim, deve-se resgatar a todo momento a dimensão integral

do indivíduo e sua autodeterminação dentro dessa realidade. Vale destacar que tal concepção se mostra distinta de educação continuada, visto que essa mais traz sobre uma formação continuada da pessoa do que sobre a educação propriamente dita, sendo este último um conceito mais abrangente e amplo (ALVES, 2019).

Todavia, concomitantemente a esse processo, o que se observa na sociedade contemporânea, são altos níveis de desemprego, falta de oportunidades trabalhistas, milhares de pessoas em estado de pobreza ou até mesmo abaixo desse patamar, desigualdades sociais alarmantes e alto grau de tensões e conflitos urbanos. Isso, então, leva-nos a seguinte reflexão: Como a educação está atuando, hoje, na formação dos seres humanos? Como esta se relaciona atualmente com o mundo do trabalho? (FERNANDES, 2008).

Ademais, uma análise mais detida, torna-se possível visualizar que o campo da educação e trabalho estão intrinsecamente interligados. Afinal, o mundo do trabalho se encontra, ainda que de maneira implícita, presente nas matrizes curriculares das instituições educacionais, que, em certa escala, preparam e direcionam o sujeito para o desempenho de alguma atividade ou ofício. Além disso, concebe-se que o trabalho requer que haja o processo de aprendizado, se mostrando essa uma característica indissociável. Por último, entende-se que o trabalho se trata de uma atividade definidora do ser humano. Partindo-se dessa premissa, a Educação Permanente seria uma forma de dar prosseguimento ao processo de formação do indivíduo enquanto agente transformador do meio (CATTANI, 1996; ALALUF, 2005 *apud* FERNANDES, 2008).

Contudo, tendo em vista o cenário atual, marcado pelo paradoxo do avanço do campo da educação sobre o mundo do trabalho, ao passo que, observa-se significativa instabilidade e derrocada em relação a este último campo de modo geral, se torna possível indicar que a relação entre essas áreas não é neutra, na verdade, esta pauta-se em uma organização de caráter ético, político e sociohistórico. Sendo assim, se tal interação se constrói historicamente no tempo, cabe então repensarmos os futuros modos de se fazer trabalho-educação, visando avanços significativos sobre essas áreas, tal como acerca da sociedade como um todo (CORREIA, 2003; ARROYO, 1991 *apud* FERNANDES, 2008).

Nesse intuito, vale avaliar como o processo de coligação desses campos se deu no Brasil e quais suas possibilidades futuras. Primeiro, nas décadas de 1960 e 1970, no país, o enfoque da educação escolar se detinha sobre a capacitação de pessoas, para que estas fossem capazes de manejar os instrumentos e executar os processos operacionais determinados pela intensa industrialização da época. Nisso, se tratava de uma educação tecnicista, no qual não se considerava aspectos idiossincráticos e de autodeterminação do sujeito quanto aos seus planos

futuros de vida, mas buscava-se apenas inserir este nos meios de produção vigentes e encaixá-lo nos mesmos, a partir de uma postura de disciplina e subserviência (MEC; LDB, 2007 *apud* FERNANDES, 2008).

Por outro lado, nos anos de 1980, no período conhecido como pós-fordismo, prezou-se pela flexibilização dos modos de trabalho, o que, por sua vez, exerceu uma

influência significativa sobre a qualidade de vida dos trabalhadores. Somado a isto, intensificou-se o processo de globalização, assim como pela busca por produtividade, fazendo com que o mercado sofresse mudanças para então se adaptar a esse novo contexto.

Visto isso, os cientistas sociais vislumbraram tal cenário como se tratando de um objeto de estudos passível de especial atenção e análises. Dessa forma, esse período ficou marcado pela tentativa de reestruturação dos modos de produção, com o intuito de suprir as defasagens existentes ocasionadas pelo sistema até então vigente. Assim, essa reformulação rumou para a integração do trabalho e o aprimoramento de sua tecnicidade, algo esse que pretendia vir a atender as necessidades produtivas da época (ANTUNES, 2003 *apud* FERNANDES, 2008).

Tendo isso em vista, os anos 80 representaram um grande marco para a integração dos campos da educação e trabalho. A partir disso, remodelou-se a noção de trabalhador, como um indivíduo que, até então, reproduzia determinada tarefa de maneira automática, exaustiva e unilateral, para um trabalhador multitarefas, com habilidades, competências e capacidades que dessem uma base sólida para a execução de seu trabalho, a chamada educação polivalente. Dessa forma, a busca por aprimoramento e especialização continuadas, se tornaram um imperativo dentro do mundo do trabalho (ANTUNES, 2003; CATTANI, 1996; HARVEY, 1993; MENDES, 2003 *apud* FERNANDES, 2008).

Contudo, cabe destacar que não apenas os trabalhadores se mostraram engajados para se adaptarem a tais mudanças e assim serem inseridos no novo mercado de trabalho, mas também as organizações, que viram o processo de capacitação de seus empregados como uma estratégia eficaz para o desenvolvimento empresarial e sua participação efetiva na ampla concorrência. Assim, vê-se a instauração de um movimento dialético de aperfeiçoamento dos modos de trabalho, que conta tanto com os trabalhadores quanto com os detentores dos modos de produção. A reestruturação desse paradigma então desencadeou modos de trabalho que prezam pela criatividade, autonomia e empoderamento dos sujeitos (FERNANDES, 2008).

Entretanto, a mudança ocorrida em relação aos modos de produção, apresenta também suas contradições. Isso acontece porque, na busca excessiva por produtividade, somente tem espaço no mercado aqueles sujeitos que apresentarem condições favoráveis para o desenvolvimento dessas empresas, de maneira que, a mão de obra restante se torna obsoleta. Ao

mesmo tempo, ocorre a culpabilização do indivíduo, denotando sua suposta incapacidade de se inserir no mundo do trabalho atual, devido à falta de competências e habilidades necessárias. Concomitantemente, observa-se índices marcantes de desemprego por parte do mercado de trabalho. Nisso, com base nessas contradições existentes, evidencia-se a prevalência de direitos humanos lesados e o tema da pobreza em pauta (ANTUNES, 2003; MENDES, 2003 *apud* FERNANDES, 2008).

Com base nisso, a capacitação dos trabalhadores emerge também como um meio para regulação social e gestão empresarial, de maneira que estes possam se manter e ascenderem dentro das organizações (FERNANDES, 2008). Inclusive, Correia (2003), traz justamente que, a noção de formação para o trabalho não deve recair apenas sobre o indivíduo, se mostrando necessário superar a dicotomia existente na prática entre trabalho e formação. Nisso, as empresas devem oferecer condições para o desenvolvimento dos trabalhadores, visando uma melhor resolução para suas demandas.

Em síntese, mostra-se a necessidade de atender aos interesses dos agentes envolvidos no processo de transformação do meio, sendo estes, as organizações, o Estado, a mão de obra trabalhadora, e demandantes de tais serviços (CORREIA, 1999; SEGNINI, 2000 *apud* FERNANDES, 2008). Assim, prevalece a ideia de que, a mudança social não se dará de forma individual, mas deve alçar para elementos de cunho coletivo, político e ideológico, além de que, a educação deve se perpetuar por toda a vida do sujeito e apresentar um caráter crítico (GADOTTI, 1999 *apud* FERNANDES, 2008).

Mas, como essas interlocuções, entre trabalho e educação, se apresentam dentro do campo das políticas públicas sociais? Dentro dessa perspectiva, deve-se resgatar a noção de direitos sociais. Segundo Couto (2010), a partir do momento em que se reconhece as desigualdades decorrentes dos modos de produção vigente, os direitos sociais emergem como um mecanismo constitucional fundamentado no princípio da igualdade do ser humano, que devem contribuir para a promoção do acesso a bens e serviços, e, conseqüentemente, para uma maior igualdade social. Sendo que, a efetivação de tais direitos deverá ser intermediada e promovida pelo Estado, conforme aponta a Constituição Cidadã, promulgada em 1988 (FERNANDES, 2016).

Nesse intuito, as políticas públicas sociais, incluindo a Assistência Social, se mostram como resultados decorrentes dos dilemas e conflitos existentes no modelo socioeconômico predominante, buscando representar os interesses da população de maneira geral, ainda que estes se mostrem contrários entre si, e sendo implementadas e desenvolvidas a partir desses diferentes agentes sociais (PEREIRA, 2008, 2014 *apud* FERNANDES, 2016).

Nesse ínterim, o processo de educação permanente nesse setor se mostra como uma ferramenta fundamental para o fortalecimento do Estado de maneira geral, para que, assim, haja uma devida efetivação dos direitos do povo, com base nas políticas, programas, serviços e benefícios sociais (FERNANDES, 2016).

Vê-se assim, que há uma primazia do papel do Estado nessa tarefa, já que, as políticas e serviços voltados para a garantia de direitos dos indivíduos, perpassam a ação direta do mesmo. Assim, caberá ao Estado, aqui representado pelos seus distintos dispositivos e agentes, fornecer auxílio, apoio e ações que atendam à essas políticas. Todavia, não se pode subestimar o papel da sociedade nesse encadeamento, pois esta detém uma participação ativa dentro deste. Visto isso, requisita-se assim uma atuação conjunta de ambos para a efetivação de tais garantias sociais; hoje, tal intersecção é conhecida como “gestão social” (PEREIRA, 2008 *apud* FERNANDES, 2016).

Visto isso, denota-se a necessidade de que haja, por parte dos profissionais dessa área, maior domínio teórico-metodológico, tecnológico e prático, a fim de que os serviços a serem oferecidos cumpram com o seu propósito social, algo que, ainda demanda ser exercitado por esses trabalhadores, já que, comumente, observa-se uma visão e condutas desvinculadas de um olhar crítico, retrógradas e descontextualizadas, por parte dos mesmos, quanto ao exercício de sua profissão.

Em suma, a relação entre educação e trabalho nessa linha, se constitui como uma relação de poder, onde os diferentes agentes envolvidos, especialmente as contraposições inerentes aos avanços do Estado e do Mercado, devem coexistir e negociar/articular para que as diferentes partes possam ativamente fazer parte e desfrutar desse processo (IAMAMOTO, 2007 *apud* FERNANDES, 2016).

Aqui, entretanto, vale evidenciar que, a principal pauta em questão, se trata da relevância que uma participação ativa e contínua exerce sobre as causas empreitadas pela classe trabalhadora, visando seu fortalecimento e expansão. Para tanto, deve-se atribuir especial enfoque ao papel das políticas públicas estatais, ao conceber estas como mecanismos

potencialmente capazes de diminuir as disparidades sociais. Se trata assim, de uma luta pela emancipação última do ser humano.

Nisso, aprofundar o debate a respeito dos aspectos concernentes ao campo da Assistência Social em contraposição as noções assistencialistas que tanto perduram ao longo da história no campo da Assistência Social, se mostra algo de suma importância, não apenas para os trabalhadores dessa área, como também para os diferentes agentes sociais envolvidos com essa política e a sociedade de maneira geral.

2.2 EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA A ASSISTÊNCIA SOCIAL

Concomitantemente ao desenvolvimento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que teve sua aprovação no ano de 2004, e que busca expressar o conteúdo continuamente produzido e sintetizado referente a Política Pública de Assistência Social, também vinha sendo desenvolvida a Política Nacional de Educação Permanente do SUAS (PNEP/SUAS) para seus trabalhadores, cada qual com suas especificidades, ainda que, no final, estas se traduzam na asseguuração dos direitos socioassistenciais da população.

Vale dizer que, no processo de institucionalização do referido campo, os conselhos e conferências relativos à área foram ganhando espaço e forma, atuando de maneira a efetivar o processo de instauração dessa política, baseando-se em seus princípios fundamentais, o da descentralização e da participação social ou controle social. Assim, tais debates e construções conjuntas englobaram também as temáticas de gestão adequada do trabalho, dignificação de seus trabalhadores e seu contínuo aprimoramento. Isso, por sua vez, viabilizou ações voltadas para esses âmbitos, a níveis municipal, estadual e nacional.

Para melhor compreender tal processo, historicamente, deve-se destacar o papel das Conferências Nacionais de Assistência Social, promovidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), entidade responsável pelo controle social da referida política. De início, vale mencionar, especialmente, as primeiras conferências que foram realizadas, nos anos de 1995 e 1997. Quanto a primeira conferência realizada, entre os dias 20 a 23 de novembro de 1995, esta trouxe avanços para o campo da Assistência Social, ao apontá-lo como sendo um dever do Estado e um direito do povo. Para além disso, foram feitas deliberações quanto aos papéis do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e do Sistema de Assistência Social (SAS), órgão que visa gerenciar e operacionalizar os serviços desse campo nos municípios brasileiros.

Assim, foram atribuídas a estas entidades a responsabilidade de capacitação, continuada e estruturada, dos trabalhadores constituintes dessa política, tal como dos gestores e representantes, sendo que, isso se faria possível através da instalação de conselhos e fundos que atendessem às demandas de cada localidade. Todavia, nesta conferência, ainda não houvera a sistematização e operacionalização efetivas quanto ao processo de qualificação desses profissionais.

Já a segunda conferência executada, entre os dias 09 a 12 de novembro de 1997, abordou justamente os princípios da descentralização e controle social destacados anteriormente, indicando se tratar assim de uma política que preza pela inclusão e acessibilidade da população. Isso se daria por meio das Comissões Intergestores Bipartite (CIB) e Comissões Intergestores Tripartite (CIT), que promoveriam a comunicação e pactuação entre as diferentes instâncias sociais. Estas se tratam de espaços onde ocorrem planejamentos, acordos e implementações de políticas e programas no campo da Assistência Social, por meio do consenso, ao invés do voto, o que, por sua vez, fomenta a discussão e negociação acerca dos rumos a serem tomados por este setor; sendo a CIB realizada a âmbito estadual, e a CIT a âmbito federal. Contudo, nesta segunda conferência, não fora dado o devido enfoque para os trabalhadores desse campo, denotando ainda a fragilidade do papel destes em meio aos debates da época.

Foi somente em 2001, na III Conferência Nacional de Assistência Social, que ocorreu nos dias 04 a 07 de dezembro, que fora dado o adequado enfoque para os trabalhadores da área. Assim, pela primeira vez, indicara-se um movimento para a estruturação quanto a educação continuada dos mesmos, por meio da Política Nacional de Capacitação Continuada, a qual pode delinear o público-alvo de suas intervenções, assim como seus intermediadores e responsáveis. Além disso, ficou decidido que os recursos a serem destinados para tal política deveriam ser concedidos pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS). Acerca do FNAS, este deve analisar e viabilizar recursos que auxiliem a execução de serviços e programas dentro do campo da Assistência Social. Sem contar que, neste encontro, acirrou-se a discussão tida na segunda conferência, acerca da intensificação dos processos de contratação de trabalhadores para esse campo, se tratando de algo indispensável para a efetivação da referida política.

Finalmente, a Quarta Conferência realizada, no ano de 2003, entre os dias 07 a 10 de dezembro, culminou nos direcionamentos concernentes à instalação do SUAS, o que, por

sua vez, possibilitou que, no ano subsequente, fosse instaurada a PNAS, de maneira a viabilizar a adequada disseminação desse campo em território nacional. Algo que, naturalmente, acelerou as discussões a respeito da valorização dos trabalhadores da área, com o estabelecimento de planos de carreira, cargos e salários para estes nesse mesmo período. Outrossim, o tema de Política Nacional de Capacitação Continuada e sua consolidação voltou a entrar em evidência.

Na conferência seguinte, a quinta, que aconteceu entre os dias 05 a 08 de dezembro de 2005, tais debates ganharam ainda mais espaço, contribuindo assim para a efetivação dos processos de trabalho e recursos humanos dentro do campo da Assistência Social. Vale destacar que, tal conferência, promoveu inclusive o levantamento de perfis dos trabalhadores desse campo por meio do denominado Fotografia da Assistência Social nos Municípios Brasileiros; uma parceria entre o CNAS e o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Seguridade e Assistência Social (NEPSAS), da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Pouco tempo depois, por meio do MDS e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi executada a Pesquisa de Informações Básicas Municipais, que ofereceu maior consistência e amplitude ao levantamento realizado anteriormente. Nisso, vê-se uma maior valorização e atenção dirigida aos trabalhadores da referida área.

Em seguida, na VI Conferência Nacional de Assistência Social, ocorrida em 2007, entre 14 a 17 de dezembro, a temática da Política Nacional de Capacitação Continuada é novamente abordada, de maneira que foi demonstrada uma maior relevância a respeito dos aspectos políticos, éticos e processuais que viriam a delinear a mesma, algo que, contribuiria até mesmo para a gestão dentro do campo da Assistência Social e para a oferta de seus programas e serviços.

Já no ano de 2009, com a VII Conferência Nacional de Assistência Social, que se passou entre os dias 30 de novembro a 03 de dezembro, foram desenvolvidos os debates envolvendo a consolidação dos recursos humanos, no âmbito do SUAS, por meio da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS, ou NOB-RH/SUAS (2006), assim como o aprimoramento das relações de trabalho, visando o fortalecimento e integração da rede socioassistencial. A saber, o NOB-RH/SUAS estabelece diretrizes que orientam os processos de trabalho dos trabalhadores e gestores que integram a referida política, a níveis municipal, estadual e federal. Junto a isto, a noção de treinamento dos colaboradores desse campo, evoluiu para a ideia de um projeto de caráter: continuado e permanente. Nesse mesmo ano, entrou em vigor a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, o que evidenciou ainda a necessidade improrrogável a elaboração de uma capacitação para os trabalhadores da área.

Por último, o ano de 2011 trouxe variados avanços para a política de Assistência Social no Brasil, cujas principais, pode-se destacar, a institucionalização efetiva do SUAS, a reformulação do LOAS, a instauração da chamada Gestão de Trabalho nesse mesmo ano, se tratando de uma parte da gestão do SUAS que deve ficar responsável pelo gerenciamento dos trabalhadores e processos de trabalho dentro desse campo, assim como a implementação da Educação Permanente nessa área. Dentro do mesmo ano, na VIII Conferência Nacional de Assistência Social que foi realizada, entre 07 a 10 de dezembro, tais avanços foram devidamente discutidos, visando sua adequada implementação e aprimoramento.

Enfim, em especial, cabe destacar a implantação da Gestão de Trabalho nos três níveis governamentais, para assim desenvolver um trabalho de qualidade nesse campo; algo que se tornou possível por meio do NOB-RH/SUAS (2006). Além disso, também se ancorando grandemente em tal Norma Operacional, e com o suporte oferecido pelos resultados das pesquisas e levantamentos executados anteriormente, quanto a Política de Educação Continuada, foram propostas as bases para a mesma, prezando pelo oferecimento de serviços de qualidade dentro da Assistência Social, tal como pelo compromisso ético e desenvolvimento de seus colaboradores e gestores.

Tendo isso em vista, em 2012, baseando-se na elaboração da Política Nacional de Educação Permanente, o CNAS lançou o Programa Nacional de Capacitação do SUAS, mais conhecido como CapacitaSUAS, com o intuito de qualificar os profissionais quanto aos serviços a serem prestados e os benefícios dispostos, assim como, buscando a qualificação dos gestores, para assim serem colocadas em prática ações que estejam em conformidade com as frentes de ação governamentais. Além disso, objetivando otimizar a gestão do SUAS em seus diferentes níveis de estratificação, e visando manter o compromisso e responsabilidade em relação ao desenvolvimento de seus trabalhadores e secretarias.

2.3 A PNEP/SUAS

Finalmente, como então se estruturou o PNEP/SUAS? Como se dá sua atuação nos dias atuais? Quais seus impactos hoje, e suas possibilidades?

Atualmente, compreende-se que tal política, dentro de suas atribuições formativas e educadoras, destina-se aos colaboradores do SUAS do modo geral, independente do grau de instrução dos mesmos, ou do tipo de política socioassistencial ao qual esses fazem parte. Isso inclui a participação dos gestores e representantes dessa área.

Todavia, vale esclarecer os tópicos relacionados a Educação Permanente no SUAS, a

fim de melhor vislumbrar o funcionamento de tal política. Para tanto, os seguintes princípios se encontram assentados nas disposições do NOB-RH/SUAS (2006), referentes a mesma. Primeiro, destaca-se o zelo pela oferta de serviços socioassistenciais de qualidade. Também, tal projeto deverá ser organizado de maneira estruturada, contínua, descentralizada, coparticipativa e sustentável, em âmbito nacional, e com devida organização e monitoramento de suas ações. Nisso, o conhecimento a ser produzido nesse segmento deve se dar de maneira sistematizada e sua disseminação deve se mostrar amplamente difundida, a fim de capacitar seu público de trabalhadores e gestores, assim como prezar pelo empoderamento social de seus usuários e o controle social por parte destes.

Além disso, tais políticas se aterá as necessidades e demandas existentes em seu contexto de execução, respeitando as singularidades do ambiente onde se concentrará suas ações. Outrossim, deve prezar pela criatividade e multiplicidade de técnicas em sua abordagem, justamente para atender de maneira eficaz e adequada a essa diversidade de públicos demandantes do campo da Assistência Social. Tudo isso, dentro de um processo de contínua avaliação e acompanhamento da operacionalização e impactos dessa política. Por última, a mesma deve propiciar espaços de troca entre os diferentes agentes envolvidos em sua concretização, a saber: gestores, controle social, movimentos sociais e setores da educação.

Quanto ao objetivo geral, proposto por essa política, este pretende institucionalizar a Educação Permanente, em seu caráter político-pedagógico e cultural, nas dependências do SUAS, de maneira a delinear suas prerrogativas, metodologias, recursos e alicerces concernentes à uma adequada instauração.

Já acerca dos objetivos específicos definidos pela PNEP, estes trazem sobre:

1. Garantir a asseguaração dos direitos socioassistenciais da população, tanto no que tange ao acesso desta aos serviços e programas existentes, quanto sua participação efetiva na cogestão dessa política;
2. Desenvolver capacidades e habilidades dos trabalhadores para assim otimizar a gestão do SUAS e a ofertação de serviços desse dispositivo;
3. Otimizar a gestão compartilhada e o mecanismo de controle social proposto por essa política;
4. Buscar a descentralização no que se refere à estruturação e oferecimento dos processos de formação e capacitação;
5. Fortalecer a interlocução entre o campo da Assistência Social e da Educação, integrantes da Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente do SUAS, visando uma eficaz organização, implementação e operacionalização desse programa para seus

colaboradores;

6. Atender as reais demandas do público dessa política, a fim de oferecer uma formação continuada de qualidade;

7. Viabilizar que os processos de capacitação contínua considerem os distintos contextos em que esses trabalhadores estão inseridos, assim como suas experiências singulares de trabalho;

8. Integrar o mundo da educação e pesquisa com o da gestão e formulação de serviços socioassistenciais, objetivando a efetivação do SUAS;

9. Possibilitar a adequada elaboração e ampla disseminação desses saberes (BRASIL, 2015).

Para tanto, a presente política deverá se pautar em determinados eixos fundamentais ao seu desenvolvimento, sendo estes: 1) centralidade no trabalho; 2) Interdisciplinaridade; 3) Aprendizagem significativa; 4) historicidade. Primeiramente, a centralidade dos processos de trabalho e experiências profissionais dos trabalhadores, concebendo-se este eixo balizador como um mediador-chave para a efetivação de uma gestão compartilhada, participativa e descentralizada, tal como para o oferecimento de serviços de qualidade. Em seguida, há o eixo da interdisciplinaridade, a fim de contemplar o caráter multiprofissional de seus trabalhadores e que, cotidianamente, lidam com demandas de cunho multidimensional. Outro princípio se refere a aprendizagem significativa, cuja base é que, uma adequada aprendizagem se assenta nos conhecimentos e experiências prévias internalizados pela pessoa, para que, assim, aja uma devida resignificação, incorporação e atualização desses saberes. Também, essa política se baseia no eixo da historicidade, visando lançar um olhar crítico sobre os alicerces desse campo, sua história e suas possibilidades atuais, isso, por sua vez, possibilita uma efetiva institucionalização dessa área, ao compreendê-la de maneira integral e orgânica.

Complementarmente, aprofundando-se na conceituação dos processos envolvidos nesse tipo de política, de acordo com a Declaração da Conferência Geral da Unesco em Nairóbi, em 1976, A Educação Permanente se trata de um projeto a âmbito global, que visa reformular o sistema de ensino em seus diversos segmentos formativos, para além do sistema educativo. Nisso, concebe-se o sujeito como sendo responsável pela sua formação, de maneira pragmática e reflexiva, assim como preza-se por um saber que se mostre integral, abarcando as diferentes facetas de vida da pessoa e em seus distintos contextos.

Tendo isso em vista, vale assinalar que, as vantagens envolvidas nesse sistema englobam o fato deste se mostrar transescolar, indo além do sistema educativo convencional. Também, este abarca os diferentes contextos e aspectos de vida da pessoa, viabilizando assim

uma formação integral e significativa para o indivíduo. Também, o mesmo não se limita a determinado setor ou segmento, se apresentando como um método expansivo e aberto. Tal como, se mostra uma abordagem coparticipativa e descentralizada, que busca o aprimoramento multidimensional do indivíduo enquanto profissional, mas também como ser humano.

Sob essa óptica, a concretização da educação permanente na área da Assistência Social, para além do aperfeiçoamento técnico promovido, possui um caráter emancipatório para seus trabalhadores, contribuindo assim para a construção de sua autonomia e para que estes rompam com os agentes alienantes que permeiam a realidade social, passando, dessa maneira, a apresentar uma visão crítica e ampla de seu trabalho (FREIRE, 2005 *apud* FREITAS, 2017).

Assim, acerca da estruturação dessa política, esta se fundamenta em aspectos-chave, sendo estes: oferecimento de ações de capacitação e formação continuada; implantação de Núcleos de Educação Permanente; e institucionalização da Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente do SUAS.

Sobre esse primeiro tópico, a disponibilização de tais ações requer uma articulação dos variados agentes envolvidos nessa política, para que as intervenções propostas, assim como as informações a serem repassadas relativas às mesmas, se deem de maneira amplamente difundida e acessível, para os mais diferentes trabalhadores desse campo. Nisso, as instituições de ensino representam um papel essencial dentro desse processo formativo e aprimorador dos profissionais, tendo como objetivo último, efetivar a intermediação entre os serviços oferecidos pelo SUAS com os distintos territórios e contextos a que esse dispositivo se estende, seguindo o princípio da regionalidade, ao otimizar o caráter descentralizado e participativo contido nessa política, tal como por meio da qualificação desses serviços.

Sucessivamente, referente aos Núcleos de Educação Permanente, estes se tratam de instâncias colegiadas, presentes nas diferentes esferas de abrangência dessa política, e se interrelacionam com base na descentralização estratificada existente na mesma, assim, vê-se a presença de núcleos de diferentes capacidades, sendo estes, Núcleos Municipais, Estaduais, Regionais, Distritais e Nacionais. Os Núcleos de Educação Permanente visam proporcionar espaços para a elaboração e implementação de aspectos referentes a Política Nacional de Educação Permanente (PNEP), para assim otimizar a mesma. Assim, tais unidades se articulam e compartilham informações e saberes, visando gerar diagnósticos quanto as necessidades de formação das distintas realidades amparadas por essa política, assim como alternativas viáveis frente às mesmas. Isso, por sua vez, contribui para a integração e fortalecimento do SUAS de maneira geral.

Por último, a Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente do SUAS está

encarregada de operacionalizar o que se encontra previsto no Plano de Educação Permanente, a fim de formar e capacitar os trabalhadores e gestores pertencentes a referida política. Esta engloba instituições de ensino superior, sejam estas públicas ou privadas, escolas governamentais, e Institutos Federais ligados ao campo da Educação, Ciência e Tecnologia, tendo como objetivos, executar diagnósticos referentes às necessidades de aprimoramento, estruturação de ações formativas e capacitantes, e pesquisas dentro desse campo, conforme as prerrogativas contidas nessa política. Sendo assim, a estruturação dessa rede contribui para a contínua atualização e aperfeiçoamento do SUAS, e seu processo de devida institucionalização.

Outrossim, pode-se delinear os processos de formação e capacitação a partir de três domínios, são estes: manutenção de conhecimento, produção de novos saberes e aperfeiçoamento do conhecimento; voltados para temáticas relativas à gestão, serviços socioassistenciais e controle social. Dessa forma, cada uma dessas áreas de domínio, apresentará ações formativas concernentes às mesmas, podendo assim serem de caráter: introdução; atualização; e supervisão técnica.

Enfim, cabe então se refletir sobre o papel dessa política dentro do âmbito do SUAS e os seus desdobramentos. Para isso, vale lançar um panorama geral sobre como se encontra o cenário do trabalho nesse campo. De início, pode-se subdividir o trabalho nesse ramo em dois segmentos principais, o primeiro deles trata sobre os aspectos relativos à gestão desse dispositivo, enquanto o segundo aborda a respeito dos serviços a serem oferecidos pelo mesmo. Sendo que, cada qual irá demandar recursos, processos, objetivos e demandas distintas, se entrelaçando no que tange as finalidades últimas dessa política e seu contexto institucional.

Nesse intuito, ocorre que, ambos os segmentos requerem a formação contínua de seus trabalhadores. Isso acontece porque, para que o papel da gestão seja efetivado, aqueles que desta fazem parte, devem apresentar um aprofundado grau de conhecimentos teóricos-metodológicos e tecnológicos, e que se mostrem em atualização permanente, de maneira a acompanhar as mudanças sociais micro e macrossistêmicas, contribuindo assim para o repasse de informação dessa política e para uma melhor ofertação de serviços e cogestão. Nesse sentido, o segundo seguimento, tratando-se de um setor pautado fundamentalmente em questões interrelacionais e intersubjetivas, também denota essa exigência, para que, assim, elementos históricos, políticos, sociais, culturais e econômicos se encontrem em constante análise e manejo, visando oferecer um trabalho crítico e contextual para a população, e de maneira a integrar a equipe quanto ao seu papel e missão.

Diante disso, dado o papel central dos trabalhadores pertencentes a essa área, cabe a Educação Permanente no SUAS, não apenas capacitar estes de maneira técnica, mas também

procurar desenvolver uma visão crítica a respeito da realidade onde estão inseridos e como esta se molda, com o intuito de buscar realizar mudanças significativas dentro dos trabalhos desse campo, assim como transformações profundas dentro desse meio institucional.

Ademais, não se pode ignorar as dimensões ética e política do processo de educação continuada. Conforme estudos apontam, há indícios de que os profissionais constituintes de instituições onde há a presença da educação permanente, demonstram um compromisso ético e político com sua profissão, de maneira que, estes se organizam coletivamente para refletir sobre seu contexto e condições atuais, visando otimizar a qualidade dos serviços por eles prestados (FERNANDES, 2009 *apud* FERNANDES, 2016). Para tanto, se mostra fundamental não apenas a oferta de serviços que atendam às demandas da população, mas também o constante aprimoramento da elaboração e execução desses serviços, dentro de um processo de reflexão ética e crítica.

No capítulo a seguir, veja como tal política se concretiza a âmbito nacional, regional e municipal, especificamente na região de Minas Gerais, e no município de Patos de Minas, localidades essas que foram focos desta referida pesquisa. Também, serão observados os impactos e dimensões da mesma para os trabalhadores pertencentes a esses contextos, e suas possibilidades frente a isso.

3. CAPÍTULO III – O CAPACITASUAS EM PATOS DE MINAS

3.1 O CAPACITASUAS NO BRASIL E EM MINAS GERAIS

No Estado de Minas Gerais, a execução do CapacitaSUAS se iniciou no ano de 2014, sendo que a operacionalização do programa se daria exclusivamente e de maneira centralizada pela Universidade Federal de Minas Gerais, sediada na cidade de Belo Horizonte. A meta então instituída pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) nesse período, foi a capacitação de 2.250 pessoas, abarcando 853 municípios do Estado. No total, foram formadas 17 turmas, em que foram trabalhados dois módulos (7 turmas ficaram com um dos módulos, em um primeiro momento, e, após, 10 turmas com o outro), sendo eles: “Curso de Introdução ao Provimento dos Serviços e Benefícios Socioassistenciais do Suas e do Brasil sem Miséria” e “Atualização em Indicadores para Diagnóstico e Acompanhamento do Suas e BSM”, respectivamente. Quanto aos resultados atingidos, haja vista as turmas formadas, somaram-se ao todo 2.234 participantes, provenientes de 1.260 municípios mineiros, havendo uma taxa geral de aproveitamento satisfatório dos participantes de 96,91%, denotando assim que o

projeto cumprira adequadamente com aquilo que se propusera.

Todavia, também foi demonstrado a necessidade de que tal capacitação se desse de maneira regionalizada, com o intuito de alcançar profissionais pertencentes a municípios que se encontram afastados da capital mineira, assim como, a fim de reduzir custos referentes a deslocamentos dos trabalhadores, despesas com hospedagem e materiais. Para além disso, outra motivação se tratou do anseio de os trabalhadores de uma mesma região compartilharem suas experiências entre si e promoverem uma maior integração entre suas diversas categorias profissionais.

Tendo isso em vista, no ano de 2015, com a introdução de uma nova gestão governamental em Minas Gerais e na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), órgão esse responsável pela elaboração, planejamento, execução, acompanhamento, gerenciamento e avaliação das ações setoriais de responsabilidade do Estado, foi que se deu a descentralização dos cursos a serem executados dentro do território mineiro.

Com isso, sob condução e ordenamento da Sedese, e por meio das Resoluções nº 555/2016 e nº 02/2016, sancionadas no ano seguinte pelo Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS), órgão colegiado de cunho permanente e deliberativo que representa e media os interesses da sociedade civil e do Estado, e pela Comissão Intergestores Bipartite (CIB), respectivamente, foi então delineado a quantidade e o perfil das pessoas a serem alcançadas pelo programa de capacitação.

Nisso, entre os anos de 2016 e 2018, foram oferecidos 05 cursos de maneira regionalizada para participantes pertencentes a variados municípios mineiros, em 21 cidades do território onde se encontram as regionais da Sedese, com isso, o *CapacitaSUAS* viu-se abarcando um território ainda mais vasto e, conseqüentemente, ainda mais pessoas. Sobre os cursos ofertados, são estes: I - Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS – GFO; II - Atualização em Especificidade e Interfaces da Proteção Social Básica do SUAS – PSB; III - Atualização em Gestão Socioassistencial do SUAS – VIG; IV - Introdução ao Exercício do Controle Social no SUAS – COM; V - Atualização sobre a Organização e Oferta dos Serviços da Proteção Social Especial – PSE. Ao todo, foram lançadas 9.640 vagas para os cursos, tendo havido 7.189 certificações no total, que, por sua vez, requereram uma participação de 75% nestes, o que aponta para um aproveitamento de 74,5% acerca das vagas disponibilizadas (VEIGA *et al.*, 2018).

Sobre os cursos oferecidos, o seguinte quadro ilustra os principais objetivos propostos pelos mesmos:

QUADRO 3 - OBJETIVOS DOS CURSOS PROPOSTOS PELO CAPACITA SUAS EM MINAS GERAIS, ENTRE OS ANOS DE 2016 E 2018

Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS	Capacitar os trabalhadores da área, teórica e metodologicamente, acerca de processos ligados ao planejamento orçamentário brasileiro e controle financeiro do SUAS.
Atualização em Especificidade e Interfaces da Proteção Social Básica do SUAS	Capacitação dos diferentes agentes envolvidos na PSB, por meio da troca de experiências, procedimentos metodológicos e atualizações nesse campo, como a reestruturação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).
Atualização em Gestão Socioassistencial	Aprimoramento de competências da equipe de gestores e técnicos pertencentes aos distintos níveis de gestão do SUAS, para assim otimizar o exercício da vigilância socioassistencial; prática essa que fomenta e ordena conhecimentos concernentes ao campo da Assistência Social em determinado território.
Introdução ao Exercício do Controle Social no SUAS	Capacitação de conselheiros, das diferentes instâncias dessa política, por meio do desenvolvimento de habilidades, saberes e condutas, que, por sua vez, contribuam com o protagonismo dentro desse segmento.
Organização e Oferta dos Serviços da Proteção Social Especial	Capacitação dos diferentes agentes envolvidos na PSE, por meio da troca de experiências, procedimentos metodológicos e atualizações nesse campo.

Fonte: Veiga e colaboradores, 2018.

Para se tornar possível tal operacionalização, o programa de capacitação contou com diversos agentes durante esse processo. Nisso, dirigidos pela Sedese, em seus diferentes territórios de abrangência, nas chamadas Diretorias Regionais, as ações contaram com Institutos de Ensino Superior (IES), e seus recursos humanos responsáveis tanto pela coordenadoria quanto pelas atividades pedagógicas, também, membros do CEAS e da Associação de Municípios Mineiros (AMM), entidade cuja missão se trata de integrar, representar e contribuir com o desenvolvimento dos municípios mineiros. Além disso, teve-se a participação da equipe

técnica da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro – EG/FJP, que ficou responsável pelo acompanhamento e avaliação dos cursos a serem ofertados, a fim de melhor delinear a execução dos mesmos.

Vale assinalar que, além dos materiais didáticos produzidos para cada um dos cursos, através de uma ação conjunta entre a Sedese e AMM, foram lançados 05 cadernos de orientações que trazem sobre o que foi apresentado em cada um dos módulos disponíveis no programa de capacitação, tendo estes sido incorporados à programação e apêndices dos cursos, bem como, foram publicados sob domínio público.

Acerca da metodologia de acompanhamento que foi utilizada dentro do *CapacitaSUAS* no Estado de Minas Gerais nesse período, esta baseou-se na percepção dos agentes envolvidos nas capacitações, a saber, alunos, docentes e supervisores, através de instrumentos de avaliação padronizados, como questionários, destinados aos alunos e professores, e por meio de roteiros de registros/relatórios sistemáticos voltados para os supervisores dos encontros. Além disso, foram utilizadas entrevistas livres, observações ativas e registros documentais, por parte dos diferentes agentes coordenadores do programa, visando mensurar o andamento e impactos gerados por este. Isso possibilitou contemplar os diferentes olhares que perpassaram o processo, algo que auxiliou na resolução das defasagens que se apresentaram, assim como o aprimoramento do programa e sugestões relevantes para suas futuras edições.

Outrossim, cabe destacar que tal metodologia de monitoramento e avaliação se mostra passível de ser replicada em outros projetos e pesquisas dentro da área, contribuindo assim para o fomento e consolidação do conhecimento dentro do campo da Assistência Social (VEIGA *et al.*, 2018). Nisso, enquadra-se o presente exposto, que se utilizara em certa medida de tal metodologia para o desenvolvimento de seu projeto de pesquisa, como será demonstrado posteriormente.

Dando continuidade, quanto aos resultados e avaliações gerais provenientes do programa executado, foi demonstrado que os cursos foram classificados como bons ou excelentes, nas avaliações feitas tanto pelos alunos quanto pelos professores, com um escore acima de 95% em todos os módulos avaliados. Vale mencionar os municípios de Almenara, Curvelo, Ituiutaba, Paracatu, Salinas e Uberlândia, que indicaram um escore de 100% de aprovação (boa ou ótima) em quatro dos cinco módulos ofertados. Em Patos de Minas, também viu-se um excelente aproveitamento, com escore máximo em três dos módulos, e escore de 97,5% no curso de VIG e 91,7% de GFO. Em comparação, as taxas gerais de desaprovação dos cursos se mostraram significativamente baixas (ruim, péssimo ou regular), sendo a maior delas em São João del Rei, com 14,5%, e, em sequência, Muriaé, com escore de 10%; demais

avaliações do tipo se mostraram abaixo do dez por cento.

Mais especificamente acerca das avaliações dos docentes quanto a aspectos dinâmicos, procedurais e estruturais dos cursos, denotou-se uma média de 92,18% de aprovação quanto aos conteúdos ministrados frente aos perfis e expectativas demonstradas pelos discentes. O manejo entre as aulas expositivas e de atividades em grupos ativos também foi outro ponto bem avaliado, com média de 98,78%. Além disso, os níveis de interação entre professor-aluno se mostraram bastante satisfatórios, alcançando 99,2%. Sobre a infraestrutura dos locais e materiais disponibilizados, as taxas de aprovação apontaram acima de 95%. Conquanto, comparando-se com as demais avaliações, foi obtida uma média de aprovação, boa ou ótima, de 83,54% referente a carga horária dos conteúdos oferecidos, especialmente nos módulos de COM e PSE, com escores de 72,1% e 77,3%, respectivamente. Isso pode indicar para a complexidade inerente à determinados módulos e a dificuldade para uma concisão satisfatória dos mesmos, algo que pode ser melhor refletido para futuras edições do programa (VEIGA *et al.*, 2018).

A heterogeneidade quanto aos saberes dos alunos foi outro ponto destacado pelos professores, atingindo níveis entre 38,6% até 63,2% nos distintos módulos, algo que, por sua vez, dificultou o pleno andamento das atividades realizadas, cabendo ser reavaliado a disposição e organização de próximas turmas a serem formadas (VEIGA *et al.*, 2018).

Nesse ínterim, no que concerne a avaliação dos alunos a respeito desses aspectos, se torna possível observar escores semelhantes às análises supracitadas. Assim, questões relativas à interação professor-aluno, também se mostraram satisfatórios sob o ponto de vista dos discentes. Em Patos de Minas, por exemplo, tal relacionamento obteve taxas de aprovação (bom ou ótimo) de 100% em quatro dos cinco módulos; algo que também se deu em outras cidades, como Almenara, Araçuaí e Ituiutaba. Em Paracatu, essa interação obteve escore máximo nos cinco módulos avaliados. A maior taxa de desaprovação (regular, ruim ou péssimo), nesse segmento, ocorreu em Muriaé, com 25,7% (VIG), seguida de Uberlândia, 17,2% (PSB), mostrando escores significativamente menores nas demais cidades.

Os alunos também avaliaram positivamente o domínio dos docentes quanto aos seus temas de responsabilidade. Isso pode se dever ao fato de os ministrantes dos cursos deterem um cargo de maior responsabilidade, seja no meio acadêmico e/ou no próprio campo da Assistência Social, assim como suas experiências práticas nessa área. Os escores positivos ultrapassam 95% em doze dos municípios participantes, e demais cidades demonstraram desempenho significativo nesse quesito. Apenas a cidade de Uberlândia trouxe avaliações negativas que discrepam dos achados, com 36,7% de desaprovação no módulo de Atualização em

Especificidade e Interfaces da Proteção Social Básica do SUAS - PSB, demais taxas de desaprovação indicadas ficaram abaixo dos 20%. Tal fato pode apontar para determinada especificidade, um problema local, específico e isolado ocorrido quanto ao curso ali oferecido (VEIGA *et al.*, 2018).

A clareza expositiva dos ministrantes também indicou médias análogas aos valores supramencionados, revelando a capacidade satisfatória dos docentes quanto ao desempenho de suas tarefas. Novamente, Uberlândia surge com uma taxa de desaprovação maior no módulo de PSB, com escore de 53,3%, o que corrobora com a ideia levantada anteriormente. Em seguida aparece Muriaé, com 31% no curso de Atualização em Gestão Socioassistencial do SUAS – VIG. Demais municípios não ultrapassaram os 20% de desaprovação, em quaisquer módulos, se mostrandomarcadamente baixa de maneira geral.

Os materiais disponibilizados foi outro fator bem avaliado pelos alunos, de maneira geral, passando da média de 95% na cidade de Patos de Minas. Porém, viu-se escores de desaprovação em diferentes módulos, a saber, 31,7% (Teófilo Otoni), 27,6% (Almenara), 25,9% (Ituiutaba) e 25,7% (Uberaba). E, com exceção do módulo de Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS - GFO, apesar dos demais cursos deterem um (1) município com avaliação negativa acima de 20%, apenas o curso de PSE apresentou mais de uma cidade com esse tipo de avaliação (4); algo que deve ser melhor estudado e repensado na ofertação futura desse curso, mas não somente desse.

Também, a relevância das atividades pedagógicas ofertadas mostrou resultados marcantes, ultrapassando os 80% em todos os módulos trabalhados. No curso de VIG, os escores ficaram acima de 90% em todos os municípios avaliados.

Demais elementos, como infraestrutura, recursos pedagógicos, ambiente, dinâmica dos encontros, também denotaram boas avaliações, com escores significativos, seguindo com taxas discrepantes de desaprovação em relação aos resultados gerais em determinadas localidades, em cada um dos itens avaliados, demonstrando que em certos territórios de capacitação, ainda existem certas defasagens em tópicos específicos a serem sanadas para futuras edições do programa (VEIGA *et al.*, 2018).

Referente ao aprendizado geral obtido pelos alunos, a tabela a seguir indica o aprimoramento desse conhecimento em comparação a como os mesmos chegaram à capacitação, trazendo alguns dos municípios onde tais mudanças antes-depois mostram-se mais perceptíveis, em dois dos cursos disponibilizados:

**QUADRO 5 – CONHECIMENTOS DOS ALUNOS ANTES E DEPOIS DA CAPACITAÇÃO:
CURSO PSB – ALGUNS DOS MUNICÍPIOS COM EVOLUÇÃO MAIS EVIDENTE**

Municípios	ANTES DO CURSO		DEPOIS DO CURSO	
	Nenhum/pouco conhecimento	Conhecimento razoável/total	Nenhum/pouco conhecimento	Conhecimento razoável/total
Salinas	66,7%	33,3%	0,0%	100%
Araçuaí	58,1%	41,9%	0,0%	100%
Patos de Minas	52,4%	47,6%	0,0%	100%
Paracatu	48,5%	51,5%	0,0%	100%
Governador Valadares	45,5%	54,5%	0,8%	99,2%
Teófilo Otoni	45,3%	54,7%	0,0%	100%
Almenara	40%	60,0%	0,0%	100%
Passos	39,5%	60,5%	0,0%	100%
Montes Claros	37,2%	62,8%	0,0%	100%
Timóteo	36,6%	63,4%	0,0%	100%
Uberlândia	33,3%	66,7%	0,0%	100%

Fonte: Veiga e colaboradores, 2018.

**QUADRO 6 – CONHECIMENTOS DOS ALUNOS ANTES E DEPOIS DA CAPACITAÇÃO:
CURSO GFO – ALGUNS DOS MUNICÍPIOS COM EVOLUÇÃO MAIS EVIDENTE**

Municípios	ANTES DO CURSO		DEPOIS DO CURSO	
	Nenhum/pouco conhecimento	Conhecimento razoável/total	Nenhum/pouco conhecimento	Conhecimento razoável/total
Salinas	74,2%	25,8%	0,0%	100%
Almenara	68%	32%	0,0%	100%
Governador Valadares	65,8%	34,2%	1,8%	98,2%
Patos de Minas	64%	36%	0,0%	100%

Passos	63,6%	36,4%	3,0%	97%
Curvelo	59,6%	40,4%	0,0%	100%
Uberaba	58,3%	41,7%	8,7%	91,3%
São João del Rei	55,6%	44,4%	0,0%	100%
Uberlândia	55,6%	44,4%	3,8%	96,2%
Montes Claros	55%	45%	1,3%	98,7%
Araçuaí	54,5%	45,5%	0,0%	100%

Fonte: Veiga e colaboradores, 2018.

No que concerne a avaliação geral dos alunos a respeito dos cursos ofertados, a tabela que se segue traz sobre as cidades com os índices mais altos de avaliação nos 5 módulos. Vale assinalar que a maior avaliação negativa (péssimo/ruim/regular) foi de apenas 14,5% (VIG), em Muriaé, e demais avaliações do tipo se mostraram ínfimas e abaixo desse escore, apontando para uma avaliação geral positiva a respeito dos cursos oferecidos. Veja a tabela a seguir:

QUADRO 7 – AVALIAÇÃO GERAL SOBRE OS CURSOS POR PARTE DOS ALUNOS, SEGUINDO OS MUNICÍPIOS COM MELHORES ESCORES

Municípios	CURSO									
	GFO		PSB		VIG		CON		PSE	
	Péssimo ruim regular	Bom ótimo	Péssimo ruim regular	Bom ótimo	Péssimo ruim regular	Bom timo	Péssimo ruim regular	Bom ótimo	Péssimo ruim regular	Bom ótimo
Curvelo	0,0%	100%	0,0%	100%	0,0%	100%	0,0%	100%	0,0%	100%
Salinas	0,0%	100%	0,0%	100%	0,0%	100%	1,9%	98,1%	0,0%	100%
Almenara	0,0%	100%	0,0%	100%	0,0%	100%	0,0%	100%	3,4%	96,6%
Uberlândia	3,8%	96,2%	0,0%	100%	0,0%	100%	0,0%	100%	0,0%	100%
Ituiutaba	0,0%	100%	0,0%	100%	3,8%	96,2%	0,0%	100%	0,0%	100%
Paracatu	0,0%	100%	0,0%	100%	0,0%	100%	5,0%	95%	0,0%	100%
Araçuaí	0,0%	100%	2,3%	97,7%	0,0%	100%	0,0%	100%	5,9%	94,1%
Patos de Minas	8,3%	91,7%	0,0%	100%	2,5%	97,5%	0,0%	100%	0,0%	100%
Uberaba	8,3%	91,7%	0,0%	100%	0,0%	100%	8,6%	91,4%	0,0%	100%

Fonte: Veiga e colaboradores, 2018.

Ademais, as taxas de certificações dos alunos participantes dos cursos, que cumpriram com a participação mínima estipulada (75%), apresentaram índices significativos, ultrapassando os 70% nos diferentes módulos, além de taxas consideravelmente reduzidas de desistentes e evasão dos alunos, sendo o maior escore de desistência em Muriaé, com 19,2% (GFO) e 17,5% (CON), e outros percentuais ficaram abaixo dos 15%; ainda assim, valores de evasão se mostraram relativamente maiores, atingindo 35,5% (GFO) em Curvelo. Vê-se que o módulo de Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS trouxe escores de desempenho ligeiramente menores que os demais cursos, o que pode demandar possíveis reformulações futuras do mesmo, tendo em vista se tratar de um conhecimento que escapa em partes da rotina de muitos desses trabalhadores. Porém, inegavelmente, o curso atingiu satisfatoriamente os objetivos e metas levantados anteriormente, denotando sua eficácia e alcance.

Com isso em vista, torna-se possível afirmar que o *CapacitaSUAS* em Minas Gerais, entre os anos de 2016 e 2018, demonstrou o impacto positivo que esse programa exerce sobre a formação dos trabalhadores do SUAS, contribuindo significativamente para o desenvolvimento, manutenção, fortalecimento e aprimoramento do conhecimento e atitudes desses sujeitos que integram a rede de agentes socioassistenciais. Nisso, a partir dos novos moldes estipulados, vê-se que uma quantidade maior de municípios e indivíduos foram alcançados, sendo que, a qualidade daquilo que foi ofertado se manteve, de maneira geral, análoga e adequada, nos diferentes territórios acompanhados, com exceções de certos cursos de determinadas localidades que demonstraram índices relativamente discrepantes, devendo tais especificidades serem melhor refletidas e reformuladas.

Assim, não se prendendo a um modelo de ensino puramente passivo e conteudista, o programa propiciou a troca de experiências, participação ativa e conjunta dos alunos, construção do senso de integração dos trabalhadores, assim como viabilizou o acolhimento das demandas desses indivíduos e seu protagonismo. A questão territorial da regionalização, por exemplo, foi outro ponto forte que possibilitou tamanhos benefícios (VEIGA *et al.*, 2018). No tópico a seguir, mais especificamente, será explicitado sobre como se deu tal programa no município de Patos de Minas, desde de seu lançamento, em 2014, e seus impactos sobre os trabalhadores do campo da Assistência Social que lá atuam, visando melhor delinear os avanços, contribuições, possibilidades, limitações e perspectivas sobre o *CapacitaSUAS* nessa cidade, que fora escolhida como foco de trabalho para ser realizado na presente dissertação de mestrado.

3.2 O *CAPACITASUAS* EM PATOS DE MINAS

Acerca do programa *CapacitaSUAS* executado no Estado de Minas Gerais, conforme exposto no tópico supracitado, aqui será apresentado, mais especificamente, a respeito da ocorrência do mesmo no município mineiro de Patos de Minas, desde o ano de 2012, local onde foi realizado a pesquisa do presente projeto, com o intuito de se analisar mais profundamente sobre o funcionamento de tal programa, os aspectos envolvidos em sua operacionalização e os impactos gerados.

A presente dissertação de mestrado denominada “Educação Permanente do SUAS: um estudo de caso em Patos de Minas (MG)”, objetivou investigar a percepção dos trabalhadores do SUAS de Patos de Minas referente ao *CapacitaSUAS* realizado no município, a fim de avaliar a efetividade do programa e seus efeitos. Para isso, a referida pesquisa contou com a participação de 14 entrevistados, 02 delas do campo da Proteção Social Básica (PSB), 03 da Proteção Social Especial (PSE), 03 do Controle Social (CS), 03 da Gestão Financeira e Orçamentária (GFO) e 02 da Vigilância Socioassistencial (VS), sendo 01 integrante tanto da PSB quanto da VS.

Assim, para avaliar tal percepção, foram aplicados questionários estruturados junto às entrevistadas, contendo tanto questões fechadas quanto abertas. O questionário é composto por um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que antecede a sua aplicação, denotando os termos envolvidos na realização da pesquisa, como o resguardo das informações prestadas e sigilo ético, de maneira que, todos os entrevistados consentiram com o mesmo. Além disso, inicialmente, há um pré-questionário de cunho sociodemográfico, que visa apontar os perfis dos entrevistados, tanto pessoal quanto profissional, a fim de ser possível visualizá-los em sua integridade. Enfim, já na pesquisa propriamente dita, as questões que se seguem possibilitam comparar os conhecimentos dos respondentes antes e depois do programa de capacitação, suas visões sobre o mesmo, e os impactos gerados.

Sobre o perfil das 14 entrevistadas, todas são do gênero feminino, 03 são graduadas, 09 são pós-graduadas e 02 são mestras, indicando um alto grau de escolaridade das respondentes. Acerca da faixa etária destas, a idade mínima registrada foi de 28 anos, e a máxima de 47 anos, e a média de idades das entrevistadas foi de 41 anos, apontando para um grupo de adultos intermediários predominantemente. Quanto a faixa salarial das respondentes, viu-se que 28,57% obtém uma renda de 5,1 a 10 mil reais, 50% apresentam renda de 3,1 a 5 mil reais e 21,43% uma renda de 1,1 a 3 mil reais, denotando uma classe econômica

relativamente positiva de maneira geral. Visto isso, torna-se possível traçar determinado perfil social da amostra contida na presente pesquisa.

Conhecer o perfil integral dos participantes da amostra de uma pesquisa se mostra de fundamental relevância, visto que os indivíduos são permeados por uma série de indicadores e atravessamentos que vão influir sobre a sua maneira de ver, atuar e se relacionar consigo, com o mundo e com os outros, assim, elementos sociais, demográficos, econômicos, instrucionais, dentre outros, contribuem para delinear determinados grupos sociais e sujeitos, apontando assim à análise dos dados gerados sob determinado caminho, algo fundamental para preservar o rigor, fidedignidade e correspondência do método científico e suas produções.

Em seguida, referente ao tempo de experiência das entrevistadas no SUAS, o tempo mínimo de prestação de serviços na área foi de 05 anos até o maior tempo de 16 anos, sendo que, a média de período trabalhado na área foi de 09 anos, o que demonstra um tempo relativamente significativo de atuação dentro desse segmento, algo que viabiliza uma percepção mais ampla e clara, por parte das respondentes, a respeito do trabalho nesse setor. Dentre os cargos atuais destas, foram destacados: pedagoga (01); assistente social (07); coordenadora (02); psicóloga (03); secretária (01). Isso mostra certa heterogeneidade de funções, o que, por sua vez, favorece uma análise rica de dados; ainda assim, havendo maior prevalência de assistentes sociais.

Acerca do conhecimento da existência do SUAS, foi demonstrado que 57,14% das entrevistadas já conheciam o SUAS antes de ingressarem na área, sendo que, 87,5% o conheceram durante seu processo de formação, em escolas, faculdades ou universidades. Por outro lado, 42,86% das respondentes não conheciam o SUAS antes de adentrarem profissionalmente nesse campo, de maneira que, 83,33% passaram a conhecer esse segmento assim que iniciaram sua atuação na área. Isso indica que a formação profissional representa um pilar essencial para que o indivíduo tenha contato com o campo da Assistência Social antes mesmo de entrar em contato efetivo com o ofício, o que, por sua vez, pode preparar e contribuir com o profissional quanto a sua atuação dentro desse campo. Também, todas possuem, pelo menos, um curso de formação relativo ao SUAS ou que esteja ligado de algum modo a essa área, incluindo o *CapacitaSUAS*.

Vê-se, inclusive, que parte significativa das entrevistadas já se utilizou dos serviços do SUAS em algum momento de suas vidas, ou, pelo menos, possuem algum familiar e/ou amigo que o tenha utilizado, representando um percentual de 78,57%.

Ademais, se mostrou unânime a visão das respondentes, de que o SUAS se trata de uma esfera ainda pouca conhecida e pouco compreendida pela população brasileira. Além disso,

92,85% das entrevistadas acreditam que a maioria da população do país não possui uma consciência clara de que os serviços oferecidos pelo SUAS são um direito dos cidadãos, e não uma filantropia/benevolência do Estado.

Sobre os conhecimentos das entrevistadas a respeito de determinados aspectos constituintes do SUAS, as seguintes informações foram relatadas.

QUADRO 8 – CONHECIMENTO DAS ENTREVISTADAS A RESPEITO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO SUAS

CONHECIMENTO SOBRE A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO SUAS	
CONHECE INTEIRAMENTE	57,14%
CONHECE PARCIALMENTE	42,86%
NÃO CONHECE	00,00%

Tal quadro indica que todas as entrevistadas já possuem determinado conhecimento adquirido sobre a estruturação do SUAS, sendo que, a maioria destas (57,14%) indicou deter um conhecimento integral referente a organização desse sistema.

Dando sequência, o quadro a seguir aponta para o conhecimento que as respondentes têm em relação a Política Nacional de Educação Permanente (PNEP) do SUAS.

QUADRO 9 – CONHECIMENTO DAS ENTREVISTADAS A RESPEITO DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE (PNEP) DO SUAS

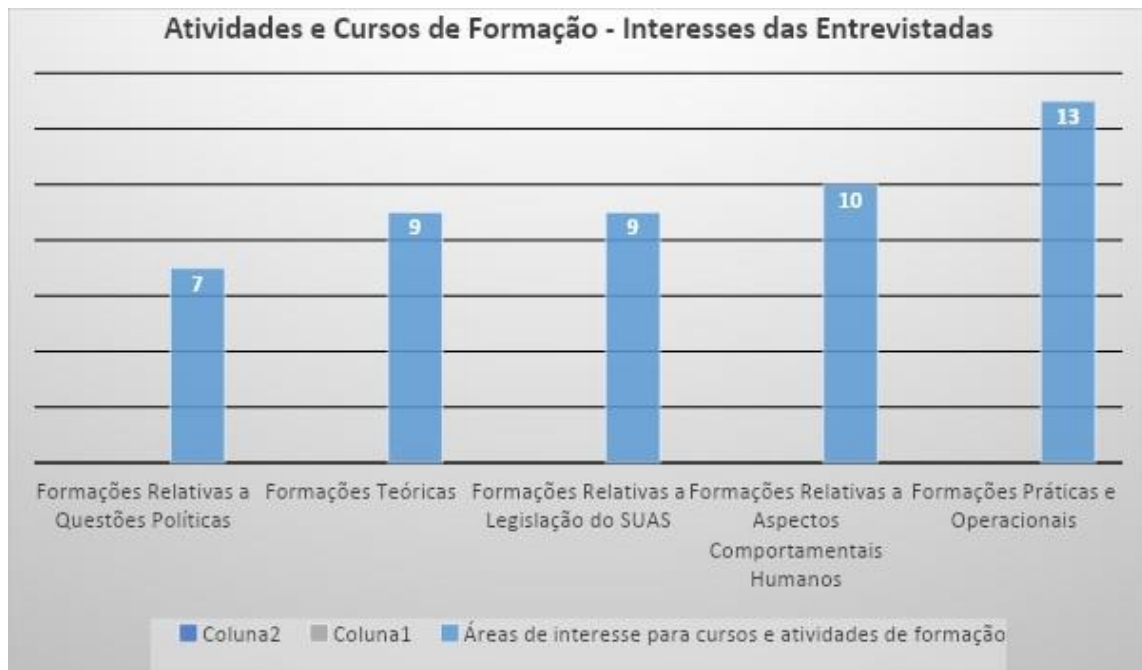
CONHECIMENTO SOBRE A PNEP/SUAS	
CONHECE	42,86%
CONHECE POUCO/RAZOAVELMENTE	57,14%
NÃO CONHECE	00,00%

Quanto ao conhecimento destas no que concerne a PNEP/SUAS, observou-se que a maioria (57,14%) detém um conhecimento mínimo ou razoável sobre a temática. Nisso, foi demonstrado que tal conhecimento foi proveniente de encontros profissionais, debates com colegas de trabalho, capacitações, estudos pessoais e atualização de normativas; com especial destaque para esses dois primeiros, algo que denota a relevância das trocas profissionais para a assimilação e aperfeiçoamento do conhecimento. Todavia, 100% da amostra considerou

relevante a ofertação de cursos e outras ações dentro do campo da Educação Permanente (EP) na Assistência Social, com o objetivo de desenvolver e aprimorar os trabalhadores do SUAS, bem como todos os integrantes da amostra indicaram a necessidade de participar de cursos de capacitação/aprimoramento a fim de otimizarem o seu desempenho profissional.

Nessa sequência, investigando-se sobre as principais temáticas de interesse das entrevistadas, que poderiam vir a ser ofertadas dentro da Educação Permanente no SUAS, para contribuir com o exercício profissional do trabalhador nesse campo, o quadro abaixo demonstra a relação de segmentos de maior interesse.

QUADRO 10 – ÁREAS DE INTERESSE PARA CURSOS EM POTENCIAL DENTRO DA EDUCAÇÃO PERMANENTE NO SUAS

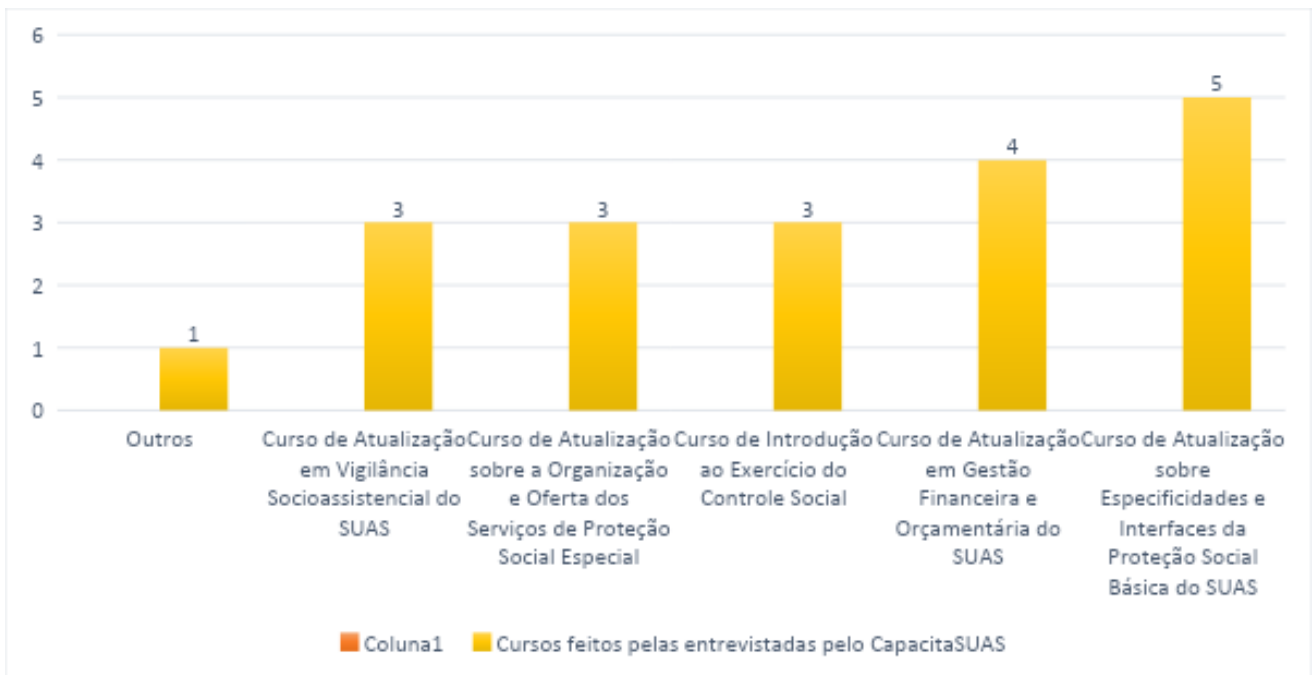


A partir do gráfico acima, torna-se possível observar que as entrevistadas (92,85%) demonstram um maior interesse por cursos e atividades de formação que abarquem questões práticas e operacionais envolvendo o trabalhador do SUAS. Em seguida, denota-se o interesse por aspectos comportamentais humanos, ligados às atitudes, condutas e postura profissional, assim como dos usuários (71,42%). Após, com uma proporção semelhante de interesse, estão as formações de cunho teórico e relacionadas a legislação do SUAS, com 64,28% de interesse em relação a amostra total. Por último, observa-se a propensão para formações ligadas a aspectos políticos do SUAS (50%).

No que concerne aos cursos oferecidos pelo *CapacitaSUAS*, desde o ano de 2012, os

seguintes cursos foram frequentados pelas entrevistadas em questão, conforme expõe o quadro abaixo.

QUADRO 11 – CURSOS DO CAPACITASUAS FREQUENTADOS PELAS ENTREVISTADAS DESDE 2012



Nesse ínterim, vê-se uma média de participação das entrevistadas nos cursos oferecidos pelo CapacitaSUAS, a partir de 2012, de 1,35, ou seja, menos de dois cursos cada uma. Em primeiro lugar, o curso mais frequentado se tratou do Curso de Atualização sobre Especificidades e Interfaces da Proteção Social Básica do SUAS, com 05 participantes. Depois, vem o Curso de Atualização em Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS, com 04 participações. Em seguida, estão os seguintes cursos, Curso de Introdução ao Exercício do Controle Social, Curso de Atualização sobre a Organização e Oferta dos Serviços de Proteção Social Especial e o Curso de Atualização em Vigilância Socioassistencial do SUAS, com 03 participações cada um. Isso dentro de um escopo de mais de 11 cursos ofertados no decorrer da década do CapacitaSUAS em Minas Gerais. Esses dados indicam que o alcance do CapacitaSUAS, referente ao seu público-alvo, se trata de uma questão a ser melhor estudada, avaliada e reajustada, visando alcançar o maior número de trabalhadores possíveis; como foi o caso de Patos de Minas, cujo alcance poderia ter sido melhor explorado.

Porém, não se pode deixar de salientar que, o *CapacitaSUAS*, desde o seu lançamento no estado de Minas Gerais em 2012, foi capaz de alcançar uma parcela maior e significativa de

municípios e indivíduos, mantendo-se a qualidade na oferta dos cursos, conforme aponta a pesquisa encabeçada pela Escola de Governo da Fundação João Pinheiro –EG/FJP apresentada anteriormente (VEIGA *et al.*, 2018). Todavia, a partir das informações levantadas na presente pesquisa, deve-se pensar em quais profissionais o programa está alcançando e mantendo e como isso está sendo feito, a fim de vislumbrar possibilidades futuras para que haja um aproveitamento otimizado e ampla difusão e adesão do programa de capacitação.

Referente as contribuições dos cursos do *CapacitaSUAS* para as entrevistadas, 100% da amostra acredita que estes contribuíram para o seu crescimento profissional, tal como creem que se utilizam dos conhecimentos adquiridos nos cursos em seu exercício profissional cotidiano.

Isso está de acordo com os dados apontados na pesquisa apresentada no primeiro tópico do presente capítulo, a respeito dos impactos do programa de aprendizagem realizado pela Sedese e pela Escola de Governo da Fundação João Pinheiro – EG/FJP, no qual foi mostrado que 64% dos participantes do município de Patos de Minas chegaram aos cursos com nenhum ou pouco conhecimento, e 36% com um conhecimento razoável ou total, e que, após o término das oficinas, 100% dos participantes apresentaram um conhecimento razoável/total, demonstrando os impactos positivos que os cursos tiveram sobre o grupo.

Além disso, ainda segundo a mesma pesquisa, com base nos resultados e avaliações gerais realizados, tanto pelos alunos quanto pelos professores, foi apontado que, de maneira geral, os cursos foram classificados como tendo sido bons ou excelentes, sendo que, no município de Patos de Minas, se obteve um aproveitamento máximo em três dos módulos, de maneira que, os outros dois módulos estão acima dos 90% de aproveitamento, denotando o caráter positivo do programa de capacitação.

As percepções mais descritivas e qualitativas feitas pelas respondentes, em relação ao programa, serão apresentadas no tópico subsequente.

3.3 O CAPACITASUAS NA PERSPECTIVA DOS TRABALHADORES DO SUAS

Finalmente, a partir dos dados apresentados nos tópicos supramencionados do capítulo 3, e com base nas questões de cunho descritivo, se torna possível realizar uma explicitação e análise quanto as percepções dos trabalhadores do SUAS a respeito do *CapacitaSUAS* no território de Patos de Minas.

Quanto as percepções dos trabalhadores a respeito dos cursos oferecidos, foram destacados determinados pontos fortes, que poderiam vir a permanecer em edições futuras do

programa de capacitação, assim como pontos de melhoria, além de sugestões ou comentários finais a respeito dos mesmos.

Nisso, a integração entre os municípios foi um ponto positivo citado por parte das entrevistadas, o que possibilitou a troca de experiências entre os profissionais de diferentes localidades. Além disso, foi evidenciado o relacionamento entre os trabalhadores, que se mostrou estreitado pelos encontros e atividades realizadas, o que viabilizou uma série de ricas trocas entre essa categoria de profissionais.

Também, um elemento fortemente mencionado se refere a metodologia utilizada para a execução das oficinas, em seus diferentes domínios, como legislação, aspectos sociais e parte teórica, e a dinâmica através do qual isso foi feito, marcada pela interação entre os diferentes participantes e construção conjunta dos saberes. O acolhimento e trato oferecido pelos profissionais foi outro ponto positivo citado.

Nessa continuidade, outro fator a ser ressaltado, se tratou do domínio teórico-metodológico, o manejo e a didática dos ministradores dos cursos, indicando um alto nível de excelência dos profissionais que ali estavam. Os equipamentos e materiais utilizados foi outro aspecto considerado positivo por algumas das entrevistadas. Quanto aos materiais fornecidos, estas acreditam que os mesmos possam contribuir com os trabalhadores do SUAS para além dos encontros dos cursos. Por último, a estruturação do curso, enquanto um espaço de trocas, marcadas pela escuta ativa e compartilhamento, foi salientado.

Acerca dos materiais disponibilizados, conforme aponta a pesquisa referente ao CapacitaSUAS, promovida pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese) e pela Escola de Governo da Fundação João Pinheiro – EG/FJP, descrita anteriormente, este foi um dos fatores bem avaliados pelos alunos, de maneira geral, ultrapassando os 95% de aprovação na cidade de Patos de Minas. Além disso, o uso de materiais didáticos e equipamentos pelos professores, nas diferentes oficinas promovidas, teve uma taxa média de 96,82% de aprovação na referida cidade.

Ainda de acordo com a pesquisa supracitada, aspectos ligados a interação professor-aluno foi algo bem avaliado pelos participantes do programa de capacitação, com especial destaque para o município de Patos de Minas, em que tal relacionamento apontou taxas de aprovação (bom ou ótimo) de 100% em quatro dos cinco módulos. Nesse ínterim, os docentes dos cursos também obtiveram taxas positivas de aprovação de maneira geral. No município de Patos de Minas, o domínio dos docentes, nos cinco cursos avaliados, apresentou uma média de aprovação de 97,9%, e sua clareza expositiva um escore médio de 98,2%.

Referente a estruturação dos cursos, fatores como infraestrutura, recursos pedagógicos,

ambiente, dinâmica dos encontros e afins, também se mostraram elementos bem avaliados, de modo geral, na pesquisa supracitada (VEIGA *et al.*, 2018). Assim, o presente projeto de pesquisa corrobora com os achados indicados pela pesquisa mencionada, no que tange a qualidade dos ministradores das oficinas e recursos oferecidos.

Entretanto, apesar da adequada metodologia oferecida pelo programa, parte das entrevistadas indicou uma necessidade de terem sido abordadas mais questões de cunho prático e operacional, a fim de efetivamente auxiliar no exercício prático e acerca de questões relacionadas a conduta e atitudes do profissional, também, a relevância de se resgatar o caráter político dos agentes envolvidos nessa política pública foi algo mencionado. Isso também se mostrou evidenciado no que se refere ao trato e abordagem de aspectos essenciais dos usuários integrantes da referida política. Nisso, denotou-se uma necessidade de serem ouvidas as demandas dos trabalhadores, para trazerem e enfatizarem questões de grande relevância para seu exercício profissional em seus processos de formação, como estas já citadas.

Nesse intuito, esta se trata de uma questão que, aliás, havia sido destacada na pesquisa concernente ao CapacitaSUAS apresentada no primeiro tópico do presente capítulo. Baseando-se no modelo de aprendizagem significativa proposto por essa política de capacitação, indicou-se uma necessidade de maior integração e intersecção entre a parte teórica e prática das temáticas trabalhadas, tal como o devido manejo de aulas expositivas e práticas ou de caráter grupal, levando em consideração o contexto em que o público-alvo das formações está inserido e atuam. Nos questionários da referida pesquisa, não apenas por parte dos alunos, como também dos supervisores e professores, foi ressaltado a relevância de atividades grupais e de cunho prático para a efetivação e consolidação do conhecimento. Isso se torna possível por meio da partilha de experiências e saberes, além da dinâmica desse formato de encontro, que torna o andamento do curso mais leve e instigante. Também, constata-se maior socialização e integração dos participantes dentro desse modelo, criando-se assim uma rede de apoio mútuo, de suporte e gerando senso de identificação e pertencimento, elementos fundamentais para o desenvolvimento dos profissionais.

Analogamente, a partir dos temas de interesse levantados pelas entrevistadas na presente pesquisa, torna-se claro que aqueles de maior destaque foram, “Cursos e atividades de formação práticas e operacionais” e “Cursos e atividades de formação que trabalhem aspectos comportamentais humanos”, ponto esse que evidencia o desejo e necessidade dos profissionais da área por capacitações que contribuam em relação a sua conduta e manejo profissional, assim como no trato com os usuários da Assistência Social e qualidade na ofertação de serviços.

De fato, não é o objetivo do presente trabalho promover a imagem de um profissional

ideal nesse campo, como uma espécie de “fórmula pronta” a que todos os trabalhadores do SUAS devem buscar seguir, até mesmo porque, no campo das ciências humanas e sociais, e, especificamente, no meio da Assistência Social, tal empreitada não poderia se fazer possível. O trabalho nesse campo envolve uma série de variáveis, dos agentes envolvidos nessa política, incluindo seus usuários, e dos contextos micro e macrosistêmicos que agem sobre a mesma, que, por sua vez, escapam de quaisquer metodologias e figuras ideais. Todavia, não se prendendo um modelo específico que se mostre reducionista e superficial, mas construindo-se um modelo de atuação aberto e constantemente expansivo, que sirva como um referencial para os trabalhadores desse campo, pode ser algo de grande valor para a categoria profissional, contribuindo assim para a orientação de seu exercício profissional, padronização dos processos de trabalho, otimização do trabalho em rede em multiprofissional, qualidade do relacionamento entre as diferentes partes e efetividade nos serviços oferecidos. Tal referenciamento se mostra imprescindível para o desenvolvimento dos trabalhadores do SUAS, assim como para o próprio aprimoramento dessa política.

Para além disso, parte das entrevistadas alegaram se tratar de uma carga horária extensa para a realização dos cursos, o que, por sua vez, gera desgaste e, gradualmente, afeta os profissionais envolvidos, levando a um menor empenho e produtividade. Dentro dessa lógica, outra entrevistada, inclusive, sugeriu o seguinte:

“Que os dias não fossem seguidos, para que os conteúdos possam ser mais explorados, para que tenhamos tempo hábil para amadurecimento e estudo, com um cronograma de encontros e que os materiais sejam repassados com antecedência”.

Tal perspectiva também se mostrou presente na pesquisa do CapacitaSUAS realizada em vários municípios mineiros sob a direção da EG/FJP e Sedese, no qual, a taxa de aprovação no que tange a carga horária dos conteúdos ministrados se mostrou menor, de maneira geral, se comparada a outros aspectos avaliados nos cursos, especialmente nos módulos considerados de maior complexidade. Na verdade, a questão da carga horária, desde o lançamento dos cursos, já havia sido apontada como uma problemática a ser solucionada (VEIGA *et al.*, 2018). Assim, reforça-se a necessidade de serem repensados e reformulados os formatos e/ou duração dos encontros em futuras edições do programa de capacitação, visando um melhor aproveitamento para os envolvidos.

Outrossim, algumas entrevistadas sugeriram a implementação de um período de supervisão pós-cursos juntamente aos trabalhadores, a fim de acompanhar e contribuir efetivamente com sua incorporação e desenvolvimento teórico, atitudinal e prático, assim como a execução de ações ou projetos de caráter prático a serem desenvolvidos, pelos participantes,

durante e após o encerramento das oficinas.

Dando seguimento, uma parcela das entrevistadas apontou para a relevância de mais edições do programa, assim como a busca por uma maior participação de trabalhadores do SUAS, considerando-se que a capacitação destes se mostra uma ferramenta ímpar para os processos de trabalho dentro desse campo. Também, uma das respondentes alertou para o papel dos gestores municipais no que tange a incorporação e aperfeiçoamento dessa política, visando um efetivo desenvolvimento da Assistência Social e dos diferentes agentes envolvidos nesta. Complementarmente, uma das entrevistadas argumentou que a Educação Permanente a níveis estadual e federal deveriam melhor conversar com os municípios, abarcando-os em seus esforços e procedimentos.

Por fim, vale mencionar a fala de uma das respondentes, a respeito de sua visão que concerne a Educação Permanente nesse campo:

“Considero de extrema importância os espaços de formação continuada para os trabalhadores do SUAS, neste momento podemos construir fluxos, trocar experiências, pensar novas estratégias para a prática das rotinas de trabalho. Sugiro que tenhamos mais oportunidades de estarmos juntos para estudar e divulgar o que é bom e pode ser aplicado, estes momentos ficam ainda mais ricos, quando estamos reunidos e trocamos experiências entre os equipamentos e outros municípios”.

Enfim, a necessidade e interesse dos trabalhadores do SUAS pelo que o *CapacitaSUAS* pode oferecer se mostra palpável. As trocas, acolhimentos, integração, aprendizados e aperfeiçoamentos caracterizam os profissionais participantes do programa. Ainda assim, deve-se lançar um olhar para além do que a política oferece, ou seja, para aquilo que a mesma pode vir a oferecer. A partir dos dados apresentados no presente exposto, torna-se possível vislumbrar os pontos-fortes dessa metodologia de formação, os desfalques contidos nesta, e as possibilidades futuras frente a isso. Acredita-se que, o aperfeiçoamento do *CapacitaSUAS* pode representar o aprimoramento da política pública de Assistência Social como um todo; na medida em que os agentes envolvidos na mesma prosperarem, a política também prosperará, e seus objetivos e missão poderão ser cumpridos com eficácia e efetividade, rumando assim à uma sociedade melhor para todos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, se torna possível destacar o potencial que os cursos do *CapacitaSUAS* possuem, no que tange a transformação dos profissionais do SUAS e de suas práticas. De

maneira geral, observou-se como o programa foi capaz de contribuir grandemente para o aprimoramento do conhecimento, integração e articulação de diversas categorias profissionais e para o exercício prático dos trabalhadores. No município de Patos de Minas, local alvo do presente projeto de pesquisa, isso também se mostrou evidente, de maneira que tais cursos impactaram positivamente todos os participantes do mesmo, de diferentes modos.

Pode-se dizer que, em relação ao conhecimento, manejo e conduta dos profissionais antes e depois dos cursos oferecidos, os instrumentos e relatos trazidos pelos diferentes agentes envolvidos no programa denota como tais oficinas exerceram uma forte influência sobre o aperfeiçoamento integral desses profissionais, contribuindo efetivamente para sua atuação profissional em seus variados segmentos.

Conquanto, cabe serem avaliados alguns pontos passíveis de melhoras em relação ao programa como um todo, como, a questão da carga horária demandada e até o formato dos encontros, havendo uma maior necessidade por atividades de caráter prático e grupal, a capacidade de alcance dos cursos em relação ao seu público-alvo, a necessidade de temáticas de cunho mais prático e operacional, e a promoção de espaços voltados para trocas e construções conjuntas entre os profissionais. Além disso, ações que levem em consideração o pós-curso, assim como um devido acompanhamento durante as oficinas, para que não se tratem de encontros isolados e pontuais, mas realmente acompanhem e efetivem o desenvolvimento desses trabalhadores. Nisso, tais profissionais poderão aperfeiçoar sua conduta e manejo profissional, realizarem trocas construtivas e se sentirem acolhidos e pertencidos, promover integração dentro dessa categoria profissional, e melhor lidar com os usuários e ofertarem seus serviços, impactando assim positivamente o SUAS em suas diferentes esferas e segmentos.

Com isso, pode-se concluir que o *CapacitaSUAS*, desde o seu lançamento, se desenvolvera significativamente, tendo conseguido alcançar mais territórios e impactar mais pessoas, além de contribuir para uma Assistência Social de caráter descentralizado, emancipatória e articulada. Espera-se que, as percepções e efeitos produzidos pela presente pesquisa e, com o suporte do arcabouço teórico utilizado, possam auxiliar na reformulação das futuras edições de cursos desse programa, visando sua otimização e ampla difusão. Ainda assim, visto os limites contidos no presente exposto, sugere-se que sejam realizadas mais pesquisas na área, visando tornar possível compreender tal temática em sua integridade e variadas facetas, para assim ser possível manejá-la com o devido referenciamento e compromisso ético e profissional.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Luísa Helena Silva e. **Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal (PNDP) Na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM): um estudo de caso (2006-2016)**. 2019. p. 176. Tese de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2019.
- BRASIL. **Lei Orgânica de Assistência Social Anotada/LOAS Anotada**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília: 2009. p. 34.
- _____. **Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília: 2012. p. 64.
- _____. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2005; Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2005. p. 175.
- _____. Conselho Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília, 2009.
- _____. **Conferências de Assistência Social**. Ministério da Cidadania. Brasília: dez. 2019.
- BAUMAN, Zygmunt. **A Riqueza de Poucos Beneficia Todos Nós?** Rio de Janeiro: Zahar, 2015. p. 103.
- BOAS, Patrícia Augusta Ferreira Vilas (Orgs.). **Cadernos de Estudos: Desenvolvimento Social em Debate**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília: 2015, n. 22, p. 96.
- BRASIL, **Política Nacional de Educação Permanente do SUAS/** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília: MDS, 2013. p. 57.
- FERNANDES, Rosa Maria Castilhos. **Educação Permanente e Políticas Sociais**. Campinas: Papel Social, 2016. p. 156.
- FERNANDES, Rosa Maria Castilhos. **Educação Permanente: Uma Dimensão Formativa no Serviço Social**. 2008. p. 199. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- FREITAS, Renata Maria da Conceição de. **A Política Nacional de Educação Permanente Para Trabalhadores do SUAS: Limites, Possibilidades e Perspectivas**. 2017. p. 88. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Política Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- GEREMEK, Bronislaw. **A Piedade e a Força: História da miséria e da caridade na Europa**. Lisboa: Terramar, 1986. p. 303. (Coleção Pequena História).
- BRASIL, Aurora Amélia Brito de *et al.*. Configuração e Contextualização da Política de Educação Permanente do SUAS (PNEP/SUAS): Aspectos Relevantes Para a Compreensão da Formação e Capacitação no SUAS. In: _____. **JORNADA INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS, 7**. São Luís. **Anais eletrônicos...** São Luís: UFMA, 2015, p. 1-12. Disponível em:
<<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo14/configuracao-e-contextualizaca>

o-da-politica-de-educacao-permanente-do-suas--pnep-suas--aspectos-relevantes-para-a-compreensao-da-formacao-e-capacitacao-no-suas.pdf>. Acesso em 16 fev. 2022.

MOLLAT, Michel. **Os Pobres na Idade Média**. Rio de Janeiro: Campus, 1989. p. 319.

VEIGA, Laura da (Col.). **Projeto: Ações Conjuntas do Programa Capacita Suas**

Municípios Mineiros (1º e 2º termos aditivos ao Contrato 90744501/2016). Equipe Escola de Governo /FJP - Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte: 2018. p. 82.

VILLANUEVA, Elisa Rodrigues *et al.* História da Assistência Social no Brasil. **Revista Multitemas**, n. 14, p. 154-175, jul. 2016. Disponível em:

<<https://interacoes.ucdb.br/multitemas/article/view/1163>> Acesso em 07 fev. 2022.

CARTA DE APRESENTAÇÃO E ESCLARECIMENTO

Convidamos você a participar da pesquisa intitulada: *Educação Permanente no SUAS: um estudo de caso em Patos de Minas (MG)*. O objetivo desta pesquisa é compreender se as ações e atividades de Educação Permanente do SUAS estão contribuindo com os trabalhadores que operacionalizam esta política pública de Estado, no sentido de aprimorar e compreender melhor suas atividades profissionais. Sua participação é importante, pois estudos apontam que os avanços na área da educação ocorrem através de pesquisas como esta.

Para a realização desta pesquisa você trabalhador do SUAS deverá responder o questionário indicado que objetiva conhecer e avaliar se a Educação Permanente está atingindo os objetivos esperados e propostos pela legislação atual desta política pública. Ressalta-se, também que os resultados deste estudo serão apresentados em eventos da área e publicados em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto. Informamos que essa pesquisa não implicará em possíveis riscos *e/ou desconfortos para o participante da pesquisa, bem como todas as medidas serão tomadas pelo pesquisador para prevenir e/ou minimizar tais riscos.*

Dentre os benefícios esperados, elencamos a possibilidade de colaboração com o aperfeiçoamento da política pública do SUAS, e também, para os cidadãos destinatários destas políticas tão necessárias na sociedade atual.

Você poderá obter quaisquer informações relacionadas a sua participação nesta pesquisa, a qualquer momento que desejar, por meio dos pesquisadores do estudo. Sua participação é voluntária, e em decorrência dela você não receberá qualquer valor em dinheiro. Você não terá nenhum gasto por participar nesse estudo, pois qualquer gasto que você tenha por causa dessa pesquisa lhe será ressarcido. Você poderá não participar do estudo, ou se retirar a qualquer momento, sem que haja qualquer constrangimento junto aos pesquisadores, ou prejuízo quanto à assistência que vem recebendo da instituição, bastando você dizer ao pesquisador que lhe entregou este

documento. Você não será identificado neste estudo, pois a sua identidade será de conhecimento apenas dos pesquisadores da pesquisa, sendo garantido o seu sigilo e privacidade.

Muito obrigado(a)!

Carolina Assis Cambraia Diniz Campos Rêgo

Mestranda em Educação Profissional – MPET

Orientador: Prof. Dr. Luciano Marcos Curi

IFTM-Câmpus Uberaba

Pesquisador(es):

Nome: **Carolina Assis Cambraia Diniz Campos Rêgo – Mestranda/IFTM**

E-mail: carolcambraiacampos@gmail.com

Telefone: (34) 99653 3400

Endereço: Rua Olavo Amorim nº 210, Bairro Sobradinho, Patos de Minas – MG, CEP 38.701-122

Formação/Ocupação: Direito-Assessoria e Consultoria.

Nome: **Dr. Luciano Marcos Curi – Docente/Orientador IFTM**

E-mail: lucianocuri@iftm.edu.br

Telefone: (34) 98804 5189

Endereço: Rua Sebastião Santiago nº 177, Bairro Vila Fertiza, Araxá – MG, CEP 38.184-234

Formação/Ocupação: História-Educação e Economia-Professor Pesquisador

Em caso de dúvida em relação a esse documento, favor entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

Os Comitês de Ética em Pesquisa são colegiados criados para defender os interesses dos participantes de pesquisas, quanto a sua integridade e dignidade, e contribuir no desenvolvimento das pesquisas dentro dos padrões éticos.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO

Você está convidado (a) a participar da pesquisa intitulada: *Educação Permanente no SUAS: um estudo de caso em Patos de Minas (MG)*, por ser trabalhador do SUAS. Sua participação é importante, pois estudos apontam que os avanços na área da educação ocorrem através de pesquisas científicas como esta.

Esta pesquisa é puramente acadêmica e seus dados servirão de subsídios para elaboração de uma dissertação de Mestrado Profissional em Educação Tecnológica. Neste sentido, gostaríamos de contar com sua participação, destacando que de forma alguma serão divulgadas informações pessoais dos entrevistados e que as informações individuais serão resguardadas. Comprometemo-nos com o sigilo e a lisura no processo de pesquisa. É essencial que todas as informações aqui solicitadas sejam respondidas com sinceridade. Apenas os pesquisadores terão acesso aos dados, garantindo assim a confidencialidade das respostas.

Você poderá abandonar a pesquisa a qualquer momento sem prejuízo algum e levará em média 20 minutos para responder às perguntas solicitadas.

Desde já agradecemos sua disponibilidade.

Termo de aceitação em participar

() Concordo () Não Concordo

Nome por extenso: _____

Patos de Minas – MG, _____ de _____ de 2021.

Assinatura: _____

•) **Qual o seu nome completo (escreva por extenso)?**

—

•) **Qual a sua formação escolar?**

() Ensino Médio

() Curso Técnico

() Curso Superior - Faculdade

() Curso Superior Incompleto

() Pós-graduação

() Outra: _____

•) **Gênero:**

() Feminino

() Masculino

() Outros

•) **Data de nascimento:** ____/____/____

•) **Naturalidade (município onde nasceu):** _____

•) **Estado civil:**

() solteiro (a).

() casado (a).

() divorciado (a).

() união estável.

() viúvo (a).

() outro.

•) **Você tem filhos (as)?**

() Sim Quantos? _____

() Não

•) **Renda atual:**

() 01 salário mínimo.

() 1,1 a 3,0 salários mínimos.

() 3,1 a 5,0 salários mínimos.

() 5,1 a 10,0 salários mínimos.

() acima de 10,1 salários mínimos.

•) **Você possui casa própria?**

() Sim

() Não

•) **Possui acesso à internet?**

() Sim

() Não

•) **Recebe algum tipo de benefício do governo (Bolsa Família; FIES; Minha Casa, Minha Vida) ou Benefício da Previdência Social / INSS?**

() Sim Quantos

(Quais)? _____

() Não

•) **Você possui veículo automotor próprio (carro e/ou motocicleta) para uso pessoal?**

() Sim

Quantos

(Quais)? _____

() Não

•) **Há quanto tempo você trabalha no SUAS?**

–

•) **Você trabalhou em outros empregos ou cargos antes de atuar no SUAS?**

() Sim Quantos
(Quais)? _____

() Não

•) **Você sabia da existência do SUAS antes de começar a trabalhar com ele?**

(A) NÃO

(B) SIM

•) **Como você soube da existência do SUAS pela primeira vez na sua vida?**

(A) Por meio do estudo em escolas, faculdades ou universidades.

(B) Comentários de amigos ou parentes.

(C) Foi usuário do SUAS em alguma época.

(D) Notícias de TV, Rádio ou Internet.

(E) Reside próximo a alguma unidade de atendimento do SUAS.

(F) Outro: _____

•) **Você acredita que o SUAS é pouco compreendido e muito desconhecido ainda pela população brasileira?**

(A) Não – acredito que o SUAS seja bem compreendido e muito conhecido pela população.

(B) Sim – acredito que o SUAS seja pouco compreendido e muito desconhecido pela população.

•) **Qual a sua situação legal como trabalhador do SUAS?**

(A) Servidor efetivo e concursado.

(B) Servidor temporário e contratado.

(C) Servidor terceirizado.

(D) Servidor de outro órgão cedido para o SUAS.

(E)

Outra:

• **Você já utilizou algum serviço do SUAS alguma vez na sua vida para você ou para algum parente/amigo?**

(A) NÃO.

(B)

SIM

–

Para

quem?

• **Você possui alguma formação (algum curso) relativo ao SUAS (ou outra do gênero ou assemelhado)? Qual?**

(A) NÃO.

(B)

SIM

-

Qual?

• **Qual seu cargo no SUAS?**

(A) Advogado (a).

(B) Antropólogo (a).

(C) Auxiliar Cuidador (a).

(D) Assistente Social.

(E) Coordenador (a).

(F) Enfermeiro (a).

(G) Nutricionista.

(H) Pedagogo (a).

(I) Psicólogo (a).

(J) Sociólogo (a).

(K) Oficineiro (a).

(L)

Outro:

—

•) **Você é trabalhador (a) de alguma entidade socioassistencial referenciada ao SUAS?**

(A) NÃO.

(B) SIM - Qual?

•) **Em qual área de proteção social do SUAS você trabalha?**

(A) PSB - Proteção Social Básica.

(B) PSE- Proteção Social Especial de Média Complexidade.

(C) PSE- Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

(D) Gestão do SUAS.

(E) Vigilância Socioassistencial.

•) **Você conhece inteiramente a Estrutura Organizacional do SUAS?**

(A) NÃO.

(B) SIM.

(C) PARCIALMENTE.

•) **Você acredita que cursos e outras iniciativas de Educação Permanente são importantes para o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos trabalhadores do SUAS? Com relação a cursos e outras iniciativas de Educação Permanente você acredita que:**

(A) NÃO – não são importantes para o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos trabalhadores do SUAS

(B) SIM – são importantes para o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos trabalhadores do SUAS

•) **Você conhece a Política Nacional de Educação Permanente (PNEP) do SUAS?**

(A) SIM.

(B) NÃO.

(C) POUCO/RAZOÁVEL.

•) **Em caso afirmativo, caso você conheça a PNEP/SUAS, informe como soube da sua existência. (Você pode marcar mais de uma opção).**

(A) Através de encontros profissionais que você participou.

(B) Debate com colegas de trabalho.

(C) Notícias de TV, Rádio ou Internet.

(D)

Outro:

•) **No seu cotidiano profissional você percebe ou verifica que os usuários do SUAS tem clara consciência de que seus serviços ofertados são um direito dos cidadãos e não uma liberalidade/benevolência do Estado?**

(A) NÃO – a maioria não tem consciência de que é um direito da cidadania brasileira.

(B) SIM – a maioria tem consciência de que é um direito da cidadania brasileira.

•) **Existem iniciativas de formação no seu município voltadas para as/os trabalhadores (as) do SUAS?**

(A) Não

(B) Sim

(C) Pouco

(D) Desconheço

•) **Como trabalhador do SUAS você sente a necessidade de participar de cursos de capacitação/qualificação para melhorar o seu desempenho profissional?**

(A) NÃO.

(B) SIM.

•) **Que tipo de Educação Permanente (cursos ou atividades de formação) você acredita que sejam mais adequadas, eficazes e eficientes para colaborar com os trabalhadores do**

SUAS?

- (A) Cursos e atividades de formação teóricos.
- (B) Cursos e atividades de formação práticas e operacionais.
- (C) Cursos e atividades de formação que trabalhem aspectos comportamentais humanos.
- (D) Cursos e atividades de formação que trabalhem questões políticas.
- (E) Cursos e atividade de formação que trabalhem legislação do SUAS.

(F)

Outros:

—

•) **Você participou de algum curso do CapacitaSUAS que ocorreram desde 2012? (Você poderá marcar mais de uma opção).**

- (A) Curso de Introdução ao Provimento dos Serviços e Benefícios Socioassistenciais do SUAS e à implementação de ações do Plano Brasil sem Miséria.
- (B) Curso de Introdução ao Exercício do Controle Social.
- (C) Curso de Atualização em Indicadores para Diagnóstico e Acompanhamento do SUAS e do BSM.
- (D) Curso de Atualização em Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS.
- (E) Curso de Atualização sobre Especificidades e Interfaces da Proteção Social Básica do SUAS.
- (F) Curso de Atualização sobre a Organização e Oferta dos Serviços da Proteção Social Especial.
- (G) Curso de Atualização em Vigilância Socioassistencial do SUAS.
- (H) Curso de Atualização para a elaboração de Planos de Assistência Social.
- (I) Curso em Conceitos e Técnicas para Avaliação de Programas.
- (J) Curso de Indicadores para Diagnóstico do SUAS e do Brasil Sem Miséria.
- (K) Curso em Conceitos e Instrumentos para Monitoramento de Programas.
- (L) Outro.
- (M) Não, participei.

•) **Os cursos e atividades de Educação Permanente que você participou e frequentou foram úteis para o desempenho de suas funções no SUAS?**

(A) NÃO. Justifique:

(B) SIM. Justifique:

•) Você acredita que os cursos do CapacitaSUAS contribuíram para o seu aprimoramento profissional?

(A) NÃO.

(B) SIM.

•) Você utiliza algo aprendido nos cursos do CapacitaSUAS no seu dia a dia de trabalho no SUAS?

(A) NÃO.

(B) SIM.

Exemplifique _____

•) O que você mudaria nos cursos do CapacitaSUAS que frequentou?

•) O que você conservaria nos cursos do CapacitaSUAS que frequentou?

•) Caso tenha alguma consideração ou comentário que julgue importante e, que porventura, não tenha sido abordada no questionário, sinta-se à vontade para acrescentar. Agradecemos comentários adicionais.

Muito obrigado (a)!

Carolina Assis Cambraia Diniz Campos Rêgo

Mestranda em Educação Profissional – MPET

Orientador: Prof. Dr. Luciano Marcos Curi

IFTM-Câmpus Uberaba



Produto Educacional
BASES CONCEITUAIS PARA O SUAS
(Sistema Único de Assistência Social)
Guia Conceitual
Abril/2022



CAROLINA ASSIS CAMBRAIA DINIZ CAMPOS RÊGO
LUCIANO MARCOS CURI

Produto Educacional
BASES CONCEITUAIS PARA O SUAS
(Sistema Único de Assistência Social)
Guia Conceitual
Abril/2022



SUMÁRIO

<u>APRESENTAÇÃO</u>	776
<u>FICHA DESCRITIVA</u>	778
<u>BASES CONCEITUAIS PARA O SUAS</u>	79
<u>PARA SABER MAIS</u>	833

APRESENTAÇÃO

A pobreza e vulnerabilidade social não são problemas novos e nem episódicos e eventuais. Infelizmente, trata-se de velhos conhecidos da humanidade, que em cada época histórica receberam tratamentos e abordagens diferenciadas conforme os acontecimentos e também o conjunto das ideias, conceitos e representações prevalentes que se teve com relação a esses problemas em cada época.

Velhice, orfandade, doenças crônicas, moradores de rua, usuários de drogas, exilados de guerra, pessoas acometidas pela pobreza, entre outros, são costumeiramente abordados nos estudos sobre vulnerabilidade social, que são aquelas pessoas que carecem de auxílio, parcial ou total, para cuidarem de si e manterem suas vidas condignamente.

Esse é um tema difícil e cercado de preconceitos, discriminações e até moralismos. É uma discussão complexa, porém, indiscutivelmente necessária, pois, afinal trata-se da segurança social da vida em sociedade, e de mazelas a que todos nós podemos estar sujeitos, e que, caso isso venha ocorrer, espera-se que a sociedade tenha uma forma digna e humana de lidar com as pessoas que já contribuíram com a sociedade, mas agora não podem fazer mais e necessitam de auxílio.

Desde a Constituição Cidadã de 1988 no Brasil um novo cenário despontou-se no horizonte, quando a Assistência Social, para vulneráveis e outros que dela vierem a necessitar, foi incluída como direito e deixou de ser um beneplácito de alguns governos, empresas ou pessoas caridosas. A partir daí vagarosamente, e não sem resistência, o País começou, por um lado, a enfrentar sua dívida histórica-social com inúmeros excluídos do presente que ainda sentem os impactos do passado e, por outro lado, também a lidar com a brutal desigualdade social existente no Brasil. A criação do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) em 2005, foi uma consequência deste processo.

Mas, como política pública estruturada e operacionalizada pelo Estado, o SUAS ainda é recente e precisa fortalecer-se para que seus frutos sejam colhidos e seu impacto potencializado. Daí, desde muito cedo constatou-se que os trabalhadores desta política pública necessitariam serem qualificados e formados para nela atuarem, basicamente, por dois motivos. Primeiro, pela juventude desta política pública e segundo pelos preconceitos e discriminações que rondam o tema e podem ser obstáculo a um debate lúcido.

Uma questão sempre lembrada quando o assunto é a assistência social e políticas como o SUAS é a abordagem da escola liberal, também conhecida como liberalismo, e a dita escola

neoliberal. Essas correntes do pensamento político-econômico tendem a frisar a culpabilidade do indivíduo nas suas trajetórias de vida e a desconsiderar os impactos sociais sobre as pessoas na vida em sociedade. Tais escolas tendem a lidar com dificuldade com a desigualdade social e seus impactos ou em alguns casos naturalizá-las, o que dificulta a compreensão da pertinência de estruturação de políticas públicas como o SUAS. Não estamos afirmando que os indivíduos não tem margens ou brechas que podem ser exploradas e também, que um determinismo social impede escolhas individuais, nem o contrário. Apenas que existem fartas evidências históricas que problemas sociais como aqueles que são abordados pelos SUAS sempre existiram inclusive em países desenvolvidos e prósperos.

Assim, este sucinto Guia Conceitual foi pensado para auxiliar trabalhadores, gestores, políticos, educadores, usuários, beneficiários e também a sociedade em geral na compreensão e aperfeiçoamento do SUAS.

Carolina Assis Cambraia Diniz Campos Rêgo

Luciano Marcos Curi

FICHA DESCRITIVA

Nome do Produto Educacional	Bases Conceituais para o SUAS
Tipo do Produto	Guia Conceitual
Bases conceituais	<ul style="list-style-type: none">• Pobreza;• Vulnerabilidade social;• Caridade;• Filantropia;• Assistência Social;• Educação Profissional;• Educação Permanente.

BASES CONCEITUAIS PARA O SUAS

Guia Conceitual

Este sucinto Guia Conceitual foi pensado para auxiliar usuários, beneficiários, trabalhadores, gestores, políticos, educadores e sociedade em geral na compreensão e aperfeiçoamento do SUAS.

A lista de saberes e práticas necessárias à condução adequada de uma política pública como o SUAS não é pequena e nem simples, mas isso não impede, de num esforço educacional ser empreendido no sentido de elencar e sintetizar alguns conceitos e informações fundamentais que todos aqueles que lidam com o SUAS devem minimamente conhecer, inclusive, os beneficiários ou usuários desta política pública.

A ideia de elencar e sintetizar liga-se a necessidade de realização de atividades de formação, atualização e qualificação de todos aqueles que lidam com o SUAS. Tarefa difícil, mas necessária e que este sucinto guia pretende contribuir.

Assim, foram elencadas e sintetizadas algumas Bases Conceituais para o SUAS. São elas:

1) Trabalhadores do SUAS, assim como do SUS e da Educação Pública, precisam saber que prestam um serviço de altíssima importância social, mesmo que o reconhecimento social e a remuneração não sejam condignas;

2) Ao longo da história humana diversos formatos foram utilizadas para tentar amenizar, ou resolver, o problema da pobreza e da vulnerabilidade social e até o momento as políticas públicas foram as mais bem-sucedidas;

3) Precisamos realizar e acreditar nas pesquisas científicas como forma de enfrentamento dos problemas sociais da pobreza e da vulnerabilidade social, da mesma forma que acreditamos na ciência como saída para os problemas da área da saúde e educação. A sociedade necessita de pesquisas científicas para aperfeiçoamento constante das políticas públicas hoje vigentes e também para a fundamentação e criação de outras novas que o futuro exigir;

4) A caridade espontânea individual, social, institucional ou das empresas, tem impacto pouco expressivo e geralmente ocasional no enfrentamento de problemas crônicos como a pobreza e a vulnerabilidade social. Daí a necessidade de políticas públicas permanente nesta área;

5) A pobreza e a vulnerabilidade social são problemas crônicos, antigos e existentes em todas as épocas e sociedades. Por isso precisamos avançar socialmente e estruturar uma política pública permanente, justa e condigna para lidar com elas;

6) Julgamentos e apreciações morais sobre o eventual merecimento ou desmerecimento de determinados cidadãos, usuários ou beneficiários das políticas públicas como o SUAS, são improdutivos e desnecessários. A questão é como atuar social e coletivamente para minorar e amenizar problemas como pobreza e vulnerabilidades sociais, e não discutir eventuais merecimentos e desmerecimentos daqueles que se enquadraram no escopo desenhado para essas políticas públicas;

7) Diz um ditado popular muito conhecido que: “É melhor ensinar a pescar que dar o peixe”, ou então, “Se você der um peixe a alguém com fome, ele estará alimentado por algumas horas. Mas, se ensiná-lo a pescar, ele poderá se alimentar enquanto rios tiverem peixes”. Pois bem, esse ditado é verdadeiro, contudo, sua aplicação integral nem sempre é possível. Porque? Ocorre que uma pessoa faminta, em situação de precariedade, pode não estar em condições de aprender. Sem conhecer o peixe, seu valor e sabor, as pessoas podem morrerem antes de conseguirem aprender. É o mesmo que fazemos com os bebês, que nos primeiros anos de vida dependem integralmente dos pais, para que no futuro, possam desenvolverem-se produtivamente e socialmente. Um bebê entregue a própria sorte, pode falecer ou ter seu desenvolvimento definitivamente comprometido. Portanto, existem ocasiões que se a questão da fome, ou as vulnerabilidades sociais, não forem solucionadas não haverá condições adequadas de aprendizagem e nem futuro;

8) Viver em sociedades socialmente inseguras que não acolhem e auxiliam aqueles que se encontram em situações de dificuldades sociais, seja a pobreza ou as vulnerabilidades sociais, é uma situação injusta que agrava a civilidade e a coesão social e funciona como elemento significativo de desagregação social;

9) A exclusão, a marginalização, a discriminação, a indiferença e a insegurança não são tratamentos adequadamente para aqueles que se encontram em situação de pobreza e vulnerabilidade social;

10) A pobreza e a vulnerabilidade social são problemas complexos cuja minoração, amenização ou eventual solução, demandam esforços de todos: indivíduos, sociedade, instituições, famílias, empresas, Estado e sociedade, de forma a promover uma rede de proteção social;

11) Uma educação de qualidade resolve muitos problemas e previne outros tantos. Contudo, a educação é uma intervenção de médio e longo prazo. Certos problemas sociais lidam com o direito fundamental a vida e exigem ação imediata ou de curto prazo. Existem problemas sociais cuja intervenção não pode esperar, por isso a necessidade de políticas públicas de assistência social;

12) Algumas pessoas consideram a atitude de refletir sobre os problemas sociais uma prática não muito agravável, mas é preciso reconhecer que é algo extremamente necessário para atuarmos com presteza e precisão nos problemas atuais e até prevenirmos outros futuros;

13) As pessoas argumentam que “prevenir é melhor do que remediar”. Isso é correto. No entanto, é preciso lembrar que indivíduos, famílias, instituições, empresas, Estado e sociedade podem falhar nessas práticas preventivas e quando isso ocorre é preciso ter políticas públicas para remediar eventuais problemas já organizadas e providenciadas;

14) A sociedade e as pessoas devem lembrar que todos nós um dia podemos vir a enfrentar problemas oriundos da pobreza ou vulnerabilidade social. E se isso ocorrer como gostaríamos de sermos tratados? Essa é uma pergunta-chave. Empatia e proteção social são conceitos que precisamos praticar. Pensemos que por diferentes motivos poderemos precisar do SUAS e ele é um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios ofertados para quem dele necessitar;

15) Algumas pessoas tem motivações morais, outras éticas, religiosas, políticas, econômicas ou sociais para se importarem com as demais pessoas e os problemas sociais da pobreza e da vulnerabilidade social. Nesta perspectiva, seja qual for a motivação, a sociedade precisa compreender que deve organizar políticas públicas através do Estado, fundadas em pesquisas científicas e estruturadas de modo isonômico, para atuar junto dos problemas sociais

da pobreza e das vulnerabilidades sociais, a assistência social hoje é um direito do povo e um dever do Estado.

16) A assistência social através do SUAS é uma política pública que precisa ser ofertada de maneira profissional e pautada por critérios científicos. Um dos seus principais objetivos é contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e acolhedora de todos os cidadãos e cidadãs, inclusive, daqueles que estão em situações de risco ou vulnerabilidade social.

Carolina Cambraia Campos Rêgo

Luciano Marcos Curi

PARA SABER MAIS

RÊGO, Carolina Assis Cambraia Diniz Campos. **Educação Permanente no SUAS**: Um Estudo de Caso em Patos de Minas (MG) (em inglês). Dissertação de Mestrado (Programa Mestrado Profissional em Educação Tecnológica – MPET) (inglês) – Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), Câmpus Uberaba, (MG), 2022.